

PLANO ESTRATÉGICO

2026-2030



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA DA BAHIA - DPT-BA







Plano Estratégico 2026-2030
Departamento de Polícia Técnica da Bahia
Polícia Científica: Ciência a serviço da justiça e cidadania.



DO LADO DA GENTE

Governador do Estado da Bahia
Jerônimo Rodrigues

Vice-governador do Estado da Bahia
Geraldo Alves Ferreira Júnior

Secretário da Segurança Pública do Estado da Bahia
Marcelo Werner Derschum Filho

Subsecretário da Segurança Pública do Estado da Bahia
Marcel Ahringsmann de Oliveira

Diretor-Geral do Departamento de Polícia Técnica da Bahia
PC Osvaldo Silva

Diretor-Geral Adjunto do Departamento de Polícia Técnica da Bahia
PC Maurício dos Santos Mendes

Chefe de Gabinete do Departamento de Polícia Técnica da Bahia
PC Paulo Roberto Maltez de Oliveira Filho

EXPEDIENTE

Redação, Edição, Organização, Consolidação e Estruturação
Equipe do Escritório de Projetos, Processos e Monitoramento da Estratégia - EPPE

Projeto Gráfico e Diagramação
LP Comunicação

Revisão ortográfica
PC Jussara de Souza Nascimento - Corregedoria
Mariana Ponte Pinto de Carvalho - EPPE

Fotografias
Acervo ASCOM

Salvador 2026

Participação efetiva nas oficinas de planejamento

PC Paulo Roberto Maltez de Oliveira Filho – Diretoria Geral - DG
Patrícia Maria Oliveira Santos - Escritório de Projetos, Processos e Monitoramento da Estratégia - EPPE
Adriana Lima Brito - EPPE
PT Marcos da Silva Lima – EPPE
Natália Hardmann Icó Neves – EPPE
Ana Maria Mota Maia - EPPE
Talita Souza Brito – Assessoria de Comunicação - ASCOM
PC Alexandro Fiscina de Santana – Instituto Central de Custódia de Vestígios - ICCV
PC Luana Santos de Carvalho - ICCV
PC Matheus Mucarzela Rosa - Laboratório Central de Perícia Técnica - LCPT
PC João Paulo Sena Chagas de Oliveira - LCPT
PC Margareth Moreira Tristão - Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto - ICAP
PC Joel Raymundo dos Santos Filho - ICAP
PML Letícia Silva de Matos Sobrinho – Instituto de Medicina Legal Nina Rodrigues - IMLNR
PC Jorge Carvalho da Ressurreição - Instituto de Identificação Pedro Melo - IIPM
PC Wesley Santos Lima – Diretoria do Interior - DI
PML Maria Eliza Pires Cardoso - DI
Suzana Melo e Silva - DI
PC Eder da Costa Ramos Amorim – Macrorregional Extremo Sul
PC Layson José Lopes Júnior – Macrorregional Recôncavo
PC José Rogério Dourado Galvão - Macrorregional Chapada
PC Socorro de Maria de Araújo Alves Ferreira - Corregedoria
PC Jussara de Souza Nascimento - Corregedoria
PC Ana Maria Menezes Simões - Ouvidoria
PC Diogo Rafael de Brito Silva - Núcleo Central de Inteligência - NCInt
Sandro Figueiredo Sales - Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI
PC Jorge Borges dos Santos - Comissão Setorial de Licitação - COSEL
PC Alane Souza Ramos - Coordenação de Ensino e Pesquisa - CEP
Manuela de Jesus Ferreira - Coordenação Administrativa e Financeira - CAF
PT Fernando Antônio Santana da Paixão - Coordenação de Atenção à Saúde e Valorização do Servidor - CASVS
Gilciene de Santana Trindade - Coordenação de Gestão de Pessoas - CGP

Comitê Executivo

PC Osvaldo Silva - DG
PC Maurício dos Santos Mendes - DGA
PC Paulo Roberto Maltez de Oliveira Filho – CG/DG
POL Jaqueline Rocha Muniz Ferreira – ASTEC/DG
PC Socorro de Maria de Araújo Alves Ferreira - Corregedoria
Patrícia Maria Oliveira Santos - EPPE
Adriana Lima Brito - EPPE
PT Marcos da Silva Lima - EPPE

CONTATO

Complexo Policial Dra. Maria Theresa de Medeiros Pacheco
Av. Centenário, s/n - Garcia, Salvador - BA, 40100-180
Telefone: (71) 3116-8600 / www.ba.gov.br/policiatecnica



PLANO ESTRATÉGICO

2026-2030



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA DA BAHIA - DPT-BA





MENSAGEM

Diretor-Geral Osvaldo Silva

É com grande satisfação que apresentamos o Plano Estratégico Organizacional 2026-2030 do Departamento de Polícia Técnica da Bahia, documento que representa não apenas um instrumento de gestão, mas também a materialização de uma visão coletiva de futuro construída por servidores e servidoras comprometidos com o fortalecimento da perícia oficial e com a prestação de serviços cada vez mais qualificados à sociedade baiana.

Vivemos um momento singular na história da nossa instituição. Após mais de um século de relevantes contribuições à justiça, à segurança pública e à cidadania, o Departamento de Polícia Técnica consolida-se como uma das mais importantes organizações periciais do país. Os investimentos realizados nos últimos anos em infraestrutura, tecnologia, ampliação do efetivo e modernização dos processos permitiram que alcançássemos novos patamares de desempenho e nos preparássemos para desafios ainda maiores.

Este plano estratégico projeta o futuro que desejamos construir até 2030. Um futuro em que a Bahia esteja definitivamente preparada para a implantação da sua Polícia Científica, fortalecendo a identidade institucional da atividade pericial e consolidando um modelo organizacional alinhado às melhores práticas nacionais e internacionais. Mais do que uma mudança de nomenclatura ou estrutura, a Polícia Científica representa a valorização do conhecimento técnico, da produção qualificada da prova material e da ciência como instrumento indispensável para a promoção da justiça, da segurança pública e da garantia de direitos.

Entretanto, nenhuma transformação institucional será plenamente alcançada sem uma profunda evolução da cultura organizacional. Por isso, este planejamento direciona esforços para o fortalecimento de uma gestão integrada e moderna, orientada por resultados, baseada em evidências, inovação, integridade e melhoria contínua. Buscamos uma organização mais eficiente na utilização dos recursos públicos, mais efetiva na entrega de resultados à sociedade e cada vez mais integrada aos desafios contemporâneos da segurança pública.

Ao mesmo tempo, reafirmamos nossa convicção de que o principal patrimônio do DPT são as pessoas. Os avanços institucionais somente serão sustentáveis se vierem acompanhados da valorização dos nossos servidores e servidoras. Por essa razão, este plano dedica atenção especial à gestão organizacional, ao desenvolvimento profissional, à capacitação continuada, à promoção da saúde física e mental, à melhoria das condições de trabalho e ao fortalecimento de ações voltadas à qualidade de vida, ao reconhecimento e ao bem-estar daqueles que diariamente colocam seu conhecimento e sua dedicação a serviço da sociedade.

O Plano Estratégico Organizacional 2026-2030 é resultado de um processo participativo, construído com diálogo, compromisso e visão de longo prazo. Sua execução exigirá o engajamento de todos: gestores, lideranças e equipes técnicas, cada qual contribuindo para transformar objetivos em resultados concretos.

Convido cada servidor e servidora a assumir o protagonismo desta jornada. O futuro que projetamos depende da capacidade coletiva de inovar, colaborar, superar desafios e manter vivo o compromisso com a excelência dos serviços prestados ao povo baiano.

Que este plano seja o guia de uma nova etapa de crescimento institucional, consolidando o Departamento de Polícia Técnica da Bahia como referência nacional em perícia oficial e preparando o caminho para a plena implementação da Polícia Científica no Estado da Bahia.

Polícia Científica, ciência a serviço da justiça e cidadania!

Oswaldo Silva

Diretor-Geral do Departamento de Polícia Técnica da Bahia



SUMÁRIO

1 Introdução	12
2 Alinhamento estratégico aos Planos Governamentais	14
3 O Departamento de Polícia Técnica da Bahia	24
3.1 História e Principais marcos.....	24
3.2 Estrutura funcional.....	28
3.3 Os Institutos e a Diretoria do Interior.....	29
3.4 Carta de serviços	36
4 Planejamento Estratégico 2026-2030	42
4.1 O Plano Estratégico 2019-2025 como ponto de partida	42
4.2 O Plano Estratégico 2026-2030 do Departamento de Polícia Técnica da Bahia	44
4.2.1 Metodologia do plano.....	44
4.2.2 Processo de elaboração do plano	45
4.2.3 Mapa de negócios e Cadeia de valor	46
4.2.4 Diagnóstico e eixos de atuação estratégica	48
4.2.5 Identidade organizacional: Missão, Visão e Valores.....	49
4.2.6 Mapa estratégico.....	50
4.2.7 Objetivos estratégicos.....	51
4.2.8 Portfólio de projetos e processos.....	70
4.3 Gestão do Plano Estratégico	74
4.3.1 Planos Tático-Operacionais	71
4.3.2 Gestão dos Projetos e Processos Estratégicos	74
4.3.3 Gestão dos Indicadores.....	75
4.3.4 Gestão de Riscos	76
4.3.5 Possíveis fontes de financiamento do plano.....	77
4.3.6 Banco de Lições Aprendidas	77
4.3.7 Monitoramento e Controle	78
5 Abreviaturas e Siglas	80
6 Referências	82

1 INTRODUÇÃO

A atividade pericial na Bahia remonta ao ano de 1905, com a criação do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues. Desde então, sucessivos investimentos estruturantes e tecnológicos têm promovido a modernização contínua da perícia oficial, consolidando o Departamento de Polícia Técnica da Bahia (DPT-BA) como referência no cenário nacional e com reconhecimento no âmbito internacional.

Ao longo das últimas décadas, a implantação de importantes soluções tecnológicas - como os Bancos de Dados Balístico, o sistema multibiométrico de Identificação Civil e Criminal, o Microscópio Eletrônico de Varredura e a Genética Forense, entre outros avanços - ampliou significativamente a capacidade técnica e científica do DPT-BA. Esses investimentos têm resultado no fortalecimento da produção da prova material, assegurando maior eficiência, confiabilidade e celeridade na prestação do serviço pericial à sociedade, em consonância com os princípios da justiça e da cidadania.

A interiorização da Polícia Técnica constituiu outro marco relevante no aprimoramento dos serviços periciais. O processo de descentralização possibilitou a instalação de equipamentos e a implantação de laboratórios especializados, a exemplo dos utilizados para análise de substâncias entorpecentes, microcomparação balística, confronto de fragmentos de impressão digital e extração de dados em dispositivos móveis, bem como a ampliação e modernização das estruturas físicas no interior do Estado. Aliado a isso, o reforço do quadro de servidores, iniciado com concursos públicos e mantido por políticas de fortalecimento institucional, contribuiu para conferir maior autonomia operacional às unidades regionais e maior agilidade na produção pericial em todo o território baiano.

Em 2022, o Departamento de Polícia Técnica deu um importante passo visando a expansão de sua atuação na segurança pública do Estado da Bahia, com a realização de um novo concurso público que efetivou, entre outubro de 2024 e abril de 2025, um total de 831 novos Peritos e Peritas, preenchendo vagas em todos os Institutos na capital e em todas as Coordenadorias Regionais de Polícia Técnica no interior do estado.

Diante deste cenário de expansão e de investimentos, o DPT-BA planejou o seu caminho para os próximos 05 anos, visando ser, em 2030, referência nacional em Polícia Científica, por meio da prestação de um serviço humanizado, contribuindo para a efetivação da justiça e da cidadania em nossa sociedade. A materialização desse caminho se concretiza-se no presente Plano Estratégico 2026-2030, uma carta aberta aos servidores e servidoras do Departamento, bem como a cada cidadão e cidadã da Bahia, para que possam conhecer o que o DPT-BA deseja para seu próprio futuro, bem como o que irá fazer para que este desejo seja realizado.



2

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO AOS PLANOS GOVERNAMENTAIS

O Plano Estratégico 2026-2030 do DPT-BA foi construído em consonância com os demais planos estaduais existentes no âmbito da Segurança Pública e Defesa Social. Desta forma, buscou-se um alinhamento estratégico entre as pretensões do Estado para atuação da Polícia Científica no Sistema Estadual de Segurança Pública e as próprias demandas estratégicas do Departamento de Polícia Técnica da Bahia. Esse alinhamento é fundamental para a gestão de iniciativas e investimentos, bem como para o atendimento ao interesse público. A seguir, são apresentados os planos estaduais em execução e suas correspondências com a atuação do DPT-BA.



O Plano de Desenvolvimento Integrado PDI Bahia 2050



A Bahia está construindo o seu futuro. A Secretaria do Planejamento atualiza e amplia o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) para o horizonte de 2050, com o objetivo de alinhar as políticas públicas aos novos desafios e oportunidades dos cenários global, nacional e local.

O novo PDI Bahia 2050 aborda temas essenciais, como infraestrutura e segurança, envelhecimento da população e seus impactos nas finanças, na saúde e educação, a geopolítica e dinamismo econômico, mudanças climáticas e sustentabilidade, promovendo a articulação entre governo, setor produtivo, sociedade civil e academia e fortalecendo diretrizes para um desenvolvimento econômico sustentável, inovador e com inclusão social.

O plano conta com 06 (seis) Eixos Estratégicos no qual o Departamento de Polícia Técnica, como parte integrante da Secretaria da Segurança Pública, participa do Eixo 04 - Qualidade de vida com segurança, do Objetivo Estratégico 15 - Consolidar a presença do Estado com segurança inteligente e cidadã e das Estratégias:

Eixo
04

Qualidade de vida
com segurança

Objetivo Estratégico 15

Consolidar a presença do Estado com segurança inteligente e cidadã e das Estratégias:

Estratégias

- 53** - Articular serviços especializados de prevenção e resposta à violência, com foco em populações vulnerabilizadas;
- 54** - Ampliar a capacidade investigativa e de inteligência, por meio da integração das polícias e de dados de segurança pública;
- 55** - Intensificar as ações de combate ao crime organizado com ênfase na desarticulação de suas redes de financiamento;
- 56** - Qualificar a atuação policial a partir de modelos policiais orientados pela inteligência e pela segurança cidadã;
- 57** - Promover a garantia de direitos da população prisional e egressa para garantir a reintegração e ressocialização por meio da articulação intersetorial e da inclusão social e produtiva.

Uma carteira de projetos estratégicos está em elaboração, reafirmando o compromisso com a redução das desigualdades regionais e com uma Bahia mais justa, próspera e preparada para o futuro, a partir de indicadores com metas associadas.

Este esforço integra o novo ciclo de planejamento estratégico nacional, em sintonia com a construção da Estratégia Brasil 2050.

Plano de Governo Participativo PGP 2022

O documento com propostas para a gestão de governo no período de 2023 a 2026 defende o legado da gestão estadual dos últimos 16 anos, e aponta novos projetos e promessas para um eventual governo. Como nos últimos anos, o plano é apresentado como um Programa de Participação de Popular, após rodadas de discussões em territórios de identidade do estado.

Ao todo, o plano de governo é organizado em três partes. A primeira parte conta com 10 temas, a segunda com 18 e a terceira com 12. As propostas para a Segurança Pública encontram-se na parte II, chamada de Desenvolvimento Social e Garantias de Direitos.



DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E GARANTIAS DE DIREITOS



SEGURANÇA PÚBLICA E
PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA



INFRAESTRUTURA DOS
EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

Reforçar o Departamento de Polícia Técnica ampliando o efetivo de Peritos do estado e aumentando sua estrutura, tendo em vista a continuidade da estratégia de modernização da estrutura física e investimento em tecnologia (equipamentos e softwares) para acelerar o processo de emissão de laudos técnicos e periciais.



Plano Plurianual Participativo PPA Participativo 2024-2027 Eixo Segurança Pública e Defesa Social



O eixo de Segurança Pública e Defesa Social do PPA Participativo 2024-2027 conta com três programas temáticos: Bahia Mais Segura, Ressocializar é o Caminho: Transformando Vidas e Gente Boa no Trânsito. O Departamento de Polícia Técnica da Bahia está vinculado ao Programa Bahia Mais Segura, o qual apresenta em sua ementa, a seguinte descrição:

Buscando a proteção da vida, bem como a do patrimônio, o Programa fomentará a paz social. Na perspectiva da segurança pública, destacamos as ações de polícia comunitária visando à prevenção social à violência. O programa também aperfeiçoará o uso da tecnologia da informação e comunicação (TIC) e da inteligência policial para enfrentamento do crime organizado, aprimorará as corregedorias e promoverá a valorização dos servidores do Sistema Estadual de Segurança Pública (SESP).



Dentro do programa existem compromissos que, por sua vez, possuem indicadores para aferição, bem como iniciativas que possibilitarão o seu cumprimento. O DPT-BA possui os seguintes compromissos, com seus respectivos indicadores e iniciativas, no Programa Bahia Mais Segura:

Compromisso: Fortalecer a polícia comunitária visando à prevenção social à violência e aprimorar a qualidade de atendimento e dos serviços prestados ao cidadão, notadamente aos grupos vulnerabilizados.

Indicador de compromisso: Quantidade de Salas Lilás em operação.

Meta: 18 unidades.

Iniciativa: Ampliar o atendimento especializado e humanizado às mulheres vítimas de violência física e sexual (Sala Lilás).

Compromisso: Aprimorar o enfrentamento à criminalidade violenta e às organizações criminosas.

Indicador de compromisso 01: Percentual de implantação da estratégia de segurança pública orientada pela inteligência pela SSP-BA.

Indicador de compromisso 02: Número de Relatórios de Inteligência produzidos

Iniciativa: Estruturar ações de inteligência pericial.

Compromisso: Fortalecer as atividades de produção da prova material e identificação civil.

Indicador de compromisso 01: Número de laboratórios de medicina e odonto legal e criminalística modernizados.

Meta: 32 unidades.

Iniciativa: Modernizar os laboratórios de criminalística / Modernizar os laboratórios de medicina e odonto legal.

Indicador de compromisso 02: Número de pontos de identificação civil e criminal implantados.

Meta: 869 unidades.

Iniciativa: Ampliar os pontos de identificação civil e criminal / Implantar sistema digital para emissão de Carteira de Identidade Nacional (CIN).

Indicador de compromisso 03: Número de serviços de produção da prova material ofertados nas Coordenadorias Regionais de Polícia Técnica.

Meta: 35 unidades.

Iniciativa: Ampliar a oferta de serviços para produção da prova material.

Indicador de compromisso 04: Tempo médio decorrido entre a data do recebimento da solicitação de exames periciais e a data de retorno do laudo ao órgão solicitante.

Meta: 27 dias

Iniciativa: Aperfeiçoar a gestão de laudos periciais.



Indicador de compromisso 05: Quantidade de centrais de custódia de vestígios implantadas.

Meta: 08 unidades

Iniciativa: Estruturar a cadeia de custódia de vestígios.

Além de contribuir para o cumprimento dos seguintes compromissos, indicadores de compromisso e iniciativas a saber:

Compromisso: Fortalecer as ações das corregedorias visando à redução de criminalidade e letalidade policial.

Indicador de compromisso: Percentual de congestionamento de apuração de denúncias registradas no âmbito correcional.

Meta: 60%.

Iniciativa: Apoiar a modernização das Corregedorias do Sistema Estadual de Segurança Pública (SESP) / Estruturar sistema informatizado e integrado de gestão de feitos investigatórios e correcionais.

Compromisso: Ampliar a incorporação de tecnologias da informação e comunicação.

Iniciativa vinculada diretamente ao compromisso: Promover a integração dos sistemas de informação e comunicação dos órgãos do SESP / Modernizar o SESP com novos equipamentos, soluções e serviços de TIC.

Compromisso: Aperfeiçoar a gestão de pessoas, a saúde e a valorização do profissional.

Iniciativa vinculada diretamente ao compromisso: Promover ações de prevenção à vitimização e de saúde física e mental para os profissionais do SESP / Formar e capacitar os servidores do SESP / Desenvolver ações de valorização e melhoria da qualidade de vida dos servidores do SESP / Fortalecer ações de atenção à saúde e bem-estar dos profissionais do SESP em grandes eventos e festas populares

Compromisso: Prover a gestão estratégica, a logística e a infraestrutura física necessárias ao funcionamento do Sistema Estadual de Segurança Pública (SESP)

Iniciativa vinculada diretamente ao compromisso: Prover Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados às atividades policiais e de bombeiros / Garantir o funcionamento das unidades do SESP / Requalificar a infraestrutura da rede física de unidades do Sistema SESP / Prover armamento adequado para uso das forças policiais e dos Corpo de Bombeiros Militar, incluindo os Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPO) / Modernizar e ampliar a frota de veículos do SESP / Promover segurança pública e defesa social em eventos populares.



Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

PESPDS 2024-2033

O PESPDS 2024-2033 apresenta em seu escopo todo o diagnóstico, metodologia e alinhamento junto ao Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social PNSPDS 2021 – 2030 e tem por finalidade ser o instrumento que viabiliza a aplicação dos mecanismos necessários para o devido monitoramento e implementação das políticas públicas na esfera estadual.

Visando viabilizar o desdobramento das decisões estratégicas do presente plano em ações a serem operacionalizadas pelas Instituições de Segurança Pública e órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública - SESP e órgãos parceiros, foram definidas 11 Iniciativas Estratégicas dentro do PESPDS 2024-2033, cada uma delas contendo ações estratégicas e objetivos a serem atingidos. Dentre estas Iniciativas, destacam-se no âmbito de atuação da Polícia Científica: No âmbito de atuação da Polícia Científica, destacam-se as iniciativas a seguir elencadas:

Iniciativa Estratégica 3: Modernizar o combate à corrupção, à oferta de drogas ilícitas, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro.

Objetivo PNSPDS: III – Incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de Segurança Pública.

Iniciativa Estratégica 4: Contribuir, decisivamente, para a aplicação da lei penal e elevar a capacidade de produção da prova material.

Ação estratégica PNSPDS 6: Qualificar e fortalecer a atividade de investigação e perícia criminal, com vistas à melhoria dos índices de resolução de crimes e infrações penais.

Objetivo PNSPDS: III - Incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de Segurança Pública.

Iniciativa Estratégica 5: Universalizar o emprego de solução de tecnologia da informação e comunicação.

Objetivo PNSPDS: III – Incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de Segurança Pública.

Iniciativa Estratégica 6: Fortalecer a atividade de inteligência das instituições de segurança pública e defesa social, com vistas ao aprimoramento das ações de produção, análise, gestão e compartilhamento de dados e informações.

Iniciativa Estratégica 7: Fortalecer a logística e a infraestrutura física necessária ao funcionamento dos órgãos da segurança pública.

Objetivo PNSPDS: III - Incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de Segurança Pública.

Iniciativa Estratégica 8: Formar e capacitar profissionais da segurança pública e promover a valorização e a qualidade de vida dos profissionais da segurança pública.

Iniciativa Estratégica 10: Fomentar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas à grupos vulneráveis, bem como ao desaparecimento de pessoas.



Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher

PEEVCM 2023-2032

O PEEVCM foi concebido em atendimento a Lei Federal nº 14.316/2022, passando a incluir a previsão de destinação de 5% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para ações de enfrentamento à violência contra a mulher.

O DPT participa de duas ações, a saber:

Iniciativa Estratégica 3: Fortalecer a cobertura das unidades especializadas de atendimento à mulher em situação de violência.

Ação 3.5: Interiorizar a oferta de atendimento especializado por meio da "Sala Lilás" nas unidades do Departamento de Polícia Técnica - DPT.

Iniciativa Estratégica 5: Promover a melhoria contínua das ações para enfrentamento à violência contra as mulheres.

Ação 5.6: Aprimorar a realização de perícia e elaboração de laudos em crimes relacionados à violência contra as mulheres.



Plano Estratégico do Sistema Estadual da Segurança Pública

PLANESP 2016-2025

Inspirado em uma nova Visão de Futuro e considerando a Missão do Sistema Estadual de Segurança Pública (SESP), o PLANESP 2016-2025 revela o caminho pretendido para a efetiva contribuição na redução dos índices de criminalidade, agregando pressupostos de qualidade e excelência na prestação dos serviços de Segurança Pública cidadã, na Bahia, nos próximos dez anos.

Em contribuição a essa estratégia, o DPT-BA se configura como guardião de um dos objetivos estratégicos, a saber:

OE.06 – Elevar a capacidade de produção da prova material

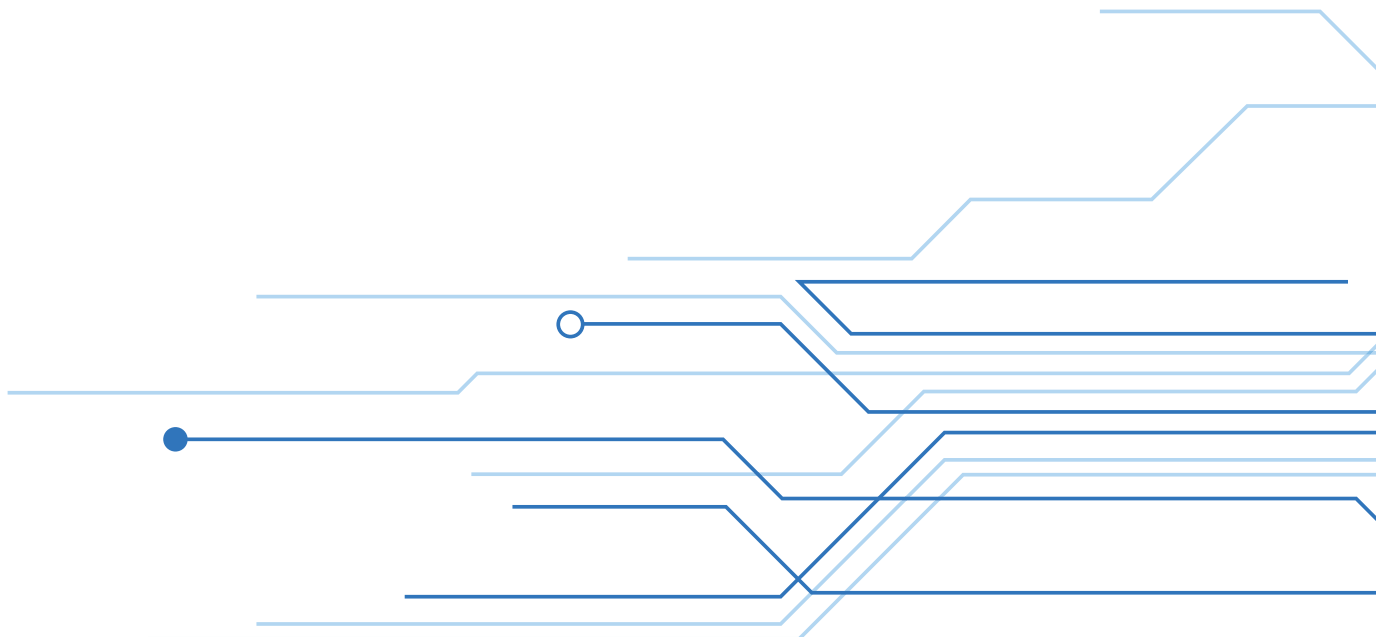
Definição: Incrementar a estruturação e modernização da Polícia Técnica e Científica, assegurando a produção qualificada da prova material, com o propósito de reduzir os ciclos que envolvem a investigação e consequente persecução penal.

Fatores Críticos de Sucesso:

- Aprimorar os protocolos de procedimentos para a produção de laudos periciais;
- Emitir laudos periciais dentro dos prazos preestabelecidos;
- Reduzir a demanda de exames periciais em espera;
- Ampliar a capilaridade da produção da prova material e da identificação civil;
- Implementar a Central de Custódia de Vestígios.

Indicadores:

- Produção da prova material
- Tempo de exames periciais



3

O DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA DA BAHIA

3.1 História e principais marcos

A atividade pericial forense no Estado da Bahia possui registros históricos que remontam ao final do século XIX. Sua primeira menção formal consta no Decreto Estadual de 12 de junho de 1896, que regulamentou a então Secretaria da Polícia e Segurança Pública da Bahia, estabelecendo, em seu Art. 20, o efetivo e as atribuições da seção médico-legal. Posteriormente, a Lei Estadual nº 633, de 29 de dezembro de 1905, instituiu a Secretaria de Estado e incorporou o serviço do recém-criado Instituto Médico Legal, que passou a funcionar nas dependências da Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus.

O Departamento de Polícia Técnica da Bahia (DPT-BA) foi formalmente criado em 1937, por meio do Decreto Estadual nº 10.521, integrando em sua estrutura o Instituto Médico Legal Nina Rodrigues (IMLNR) e o Instituto de Identificação Pedro Mello (IIPM) - na época sob o nome de Instituto de Identificação e sediado no prédio da antiga Secretaria da Segurança Pública, no bairro da Piedade. Em 1938, foi instituído o Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto (ICAP) - na época sob o nome de Instituto de Investigação Criminal.

A estrutura organizacional do DPT-BA foi ampliada em 1973, com a criação do Laboratório Central de Polícia Técnica (LCPT), regulamentada pela Lei nº 3.118. Em 1976, em decorrência de uma reestruturação administrativa da Secretaria da Segurança Pública, o Departamento passou a contar também com a Assistência Técnico-Policial e a Divisão de Coordenação e Controle, responsáveis, entre outras atribuições, pela coordenação dos órgãos regionais de Polícia Técnica no interior do Estado.

Diante da necessidade de concentrar os institutos técnico-científicos em um único espaço físico, foram iniciadas, a partir de 1977, as tratativas para a construção de um complexo integrado. As obras, autorizadas nesse período, foram concluídas em 1979, resultando na edificação de um conjunto arquitetônico em uma área aproximada de 35.000 m² (trinta e cinco mil metros quadrados). Nesse espaço, atualmente denominado Complexo Dra. Maria Thereza de Medeiros Pacheco, localizado na Avenida Centenário, estão alocadas as principais unidades do DPT-BA, distribuídas em três prédios: o primeiro abriga o Instituto de Identificação Pedro Mello; o segundo concentra a Diretoria-Geral do Departamento, o Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto e a Diretoria do Interior; e o terceiro é destinado ao Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, ao Laboratório Central de Polícia Técnica e ao Instituto Central de Custódia de Vestígios.

Em 2004, a Lei Estadual nº 9.289 promoveu nova reestruturação do Departamento de Polícia Técnica da Bahia, estabelecendo sua subordinação direta à Secretaria da Segurança Pública do Estado. Essa legislação consolidou as atribuições do DPT-BA no âmbito da produção da prova pericial, por meio da realização de perícias, exames, pesquisas e estudos técnico-científicos, definindo sua composição pelos Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, Instituto de Identificação Pedro Mello, Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto, Laboratório Central de Polícia Técnica e Diretoria do Interior. Posteriormente, a partir do processo de reestruturação da Secretaria da Segurança Pública, foi criado em 2023 o Instituto Central de Custódia de Vestígios, compondo o atual quadro de Institutos do Departamento.

A Ouvidoria do DPT foi instituída pela Portaria nº 0553/2018/DPT, com o objetivo de atuar na interlocução entre a instituição e os usuários, sendo a primeira Ouvidoria de um órgão de perícia criminal legalmente instituída no Brasil.

As competências do Departamento de Polícia Técnica da Bahia e das unidades que o integram, bem como a estrutura de cargos em comissão e suas respectivas atribuições, encontram-se definidas no Decreto nº 10.186, de 20 de dezembro de 2006, que aprovou o Regimento da Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia. O quadro funcional do DPT-BA é composto pelos cargos de Perito Criminal, Perito Médico-Legista, Perito Odonto Legal e Perito Técnico, cujas atribuições estão estabelecidas na Lei Estadual nº 11.370, de 4 de fevereiro de 2009. Alterações realizadas em 2023 e 2024 nesta mesma Lei, incrementaram o quadro de cargos e permitiram que o DPT-BA ampliasse seu efetivo pericial, com a convocação dos aprovados no concurso público realizado em 2022, fazendo com que o Departamento aumentasse seu efetivo de 951 para 1782 Peritos e Peritas em 2025.

Um importante passo na história do Departamento foi estabelecido em novembro de 2025, quando foi publicado no Diário Oficial do Estado o aviso de licitação para construção da nova sede do DPT-BA, no valor de R\$ 140,3 milhões, que será o maior investimento individual já realizado em uma força de Segurança Pública na Bahia.



**1896**

Decreto Estadual regulamenta a então Secretaria da Polícia e Segurança Pública da Bahia, estabelecendo o efetivo e as atribuições da seção médico-legal

1905

Lei Estadual nº 633 institui a Secretaria de Estado e incorpora o serviço do recém-criado Instituto Médico Legal, que passa a funcionar nas dependências da Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus.

1910

Lei estadual nº 822 cria o Gabinete de Identificação, anexo à Repartição Central de Polícia

1912

O Instituto Médico Legal passa a se chamar Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, em homenagem ao médico Raimundo Nina Rodrigues, professor da Faculdade de Medicina da Bahia e pioneiro da medicina legal no país.

1937

Criação do Departamento de Polícia Técnica da Bahia, por meio do Decreto Estadual nº 10.521, integrando em sua estrutura o Instituto Médico Legal Nina Rodrigues e o Instituto de Identificação.

1938

Decreto nº 10.706 cria o Instituto de Investigação Criminal, subordinado ao Departamento de Polícia Técnica.

1947

Decreto nº 13.547 institui o nome Instituto de Identificação Pedro Mello, em homenagem ao fundador e primeiro diretor do Instituto de Identificação, Pedro Augusto de Mello.

1973

É criado o Laboratório Central de Polícia Técnica, por meio da Lei nº 3.118, como órgão integrante da estrutura organizacional do Departamento de Polícia Técnica da Bahia.

1976

Por meio da Lei nº 3.497, o Instituto de Investigação Criminal passa a se chamar Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto.

1979

Conclusão das obras da atual sede do Departamento de Polícia Técnica da Bahia, na Avenida Centenário, em uma área aproximada de 35.000 m².

**1982**

Inauguração das primeiras Coordenadorias Regionais de Polícia Técnica, nas cidades de Itaberaba, Itabuna, Juazeiro, Santo Antônio de Jesus e Teixeira de Freitas e do Posto Avançado de Itamaraju.

2004

Lei nº 9.289 reestrutura o Departamento de Polícia Técnica, estabelece sua subordinação direta à Secretaria da Segurança Pública e cria a Diretoria do Interior do DPT/BA.

2009

Lei nº 11.370 estabelece o quadro funcional e as respectivas atribuições do Peritos e Peritas do Departamento de Polícia Técnica da Bahia.

2022

Realização do maior concurso público da história do DPT-BA, que resultou na posse de 831 Peritos e Peritas, elevando o efetivo pericial de 951 para 1782 servidores e servidoras.

1994

Reinauguração do LCPT, após incêndio ocorrido em 1990, que suspendeu a maior parte de suas atividades. 2004: Lei nº 9.289 reestrutura o Departamento de Polícia Técnica, estabelece sua subordinação direta à Secretaria da Segurança Pública e cria a Diretoria do Interior do DPT/BA.

2006

Decreto 10.186 define as competências do Departamento de Polícia Técnica da Bahia e das unidades que o integram, bem como a estrutura de cargos em comissão e suas respectivas atribuições.

2019

Lançamento do primeiro Plano Estratégico realizado pelo Departamento de Polícia Técnica da Bahia, com período de execução de 2019 a 2025.

2025

Publicação no Diário Oficial do Estado do aviso de licitação para construção da nova sede do Departamento de Polícia Técnica da Bahia, um investimento de R\$ 140,3 milhões.

3.2 Estrutura Funcional

A macroestrutura organizacional do DPT foi instituída pelo Decreto Estadual nº 10.186/2006 e está composta da seguinte forma:

1. Gabinete do Diretor-Geral

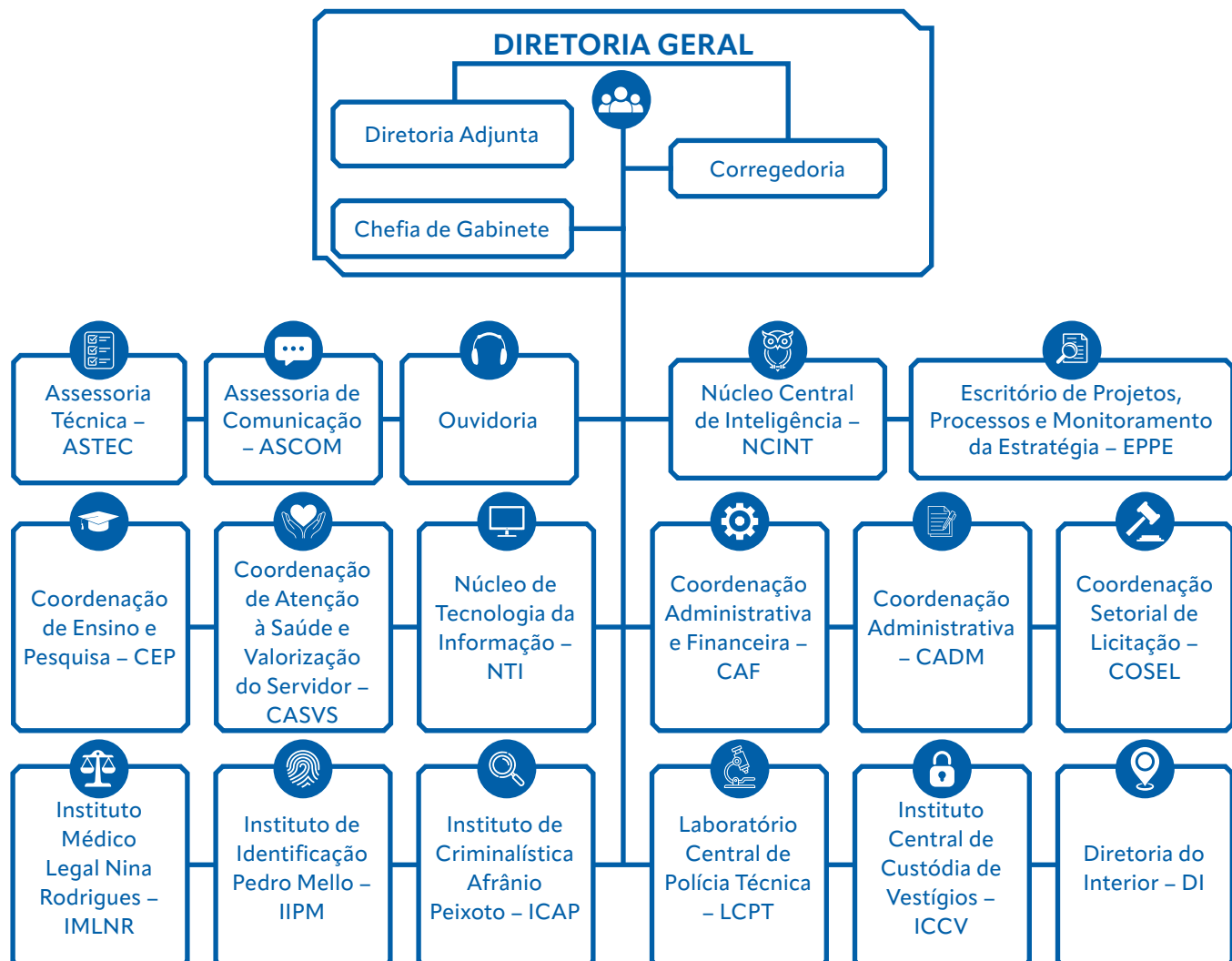
2. Institutos:

- Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto – ICAP;
- Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues – IMLNR;
- Instituto de Identificação Pedro Mello – IIPM;
- Laboratório Central de Polícia Técnica – LCPT.

3. Diretoria do Interior e Coordenações Regionais:

- Coordenação Regional do Oeste;
- Coordenação Regional do Nordeste;
- Coordenação Regional da Mata Sul;
- Coordenação Regional da Chapada;
- Coordenação Regional do Planalto;
- Coordenação Regional do Grande Recôncavo.

A estrutura funcional abaixo ilustra a arquitetura organizacional atual:



3.3 Os Institutos e a Diretoria do Interior

INSTITUTO MÉDICO LEGAL NINA RODRIGUES

O Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues (IMLNR) é vinculado ao Departamento de Polícia Técnica da Bahia (DPT-BA) e é considerado o mais antigo instituto forense no estado da Bahia. Sua origem remonta ao início do século XX, com dois momentos principais: o primeiro em 1905, quando é mencionada sua criação, por iniciativa do professor Raimundo Nina Rodrigues, junto à Faculdade de Medicina da Bahia, com apoio da Polícia e da Secretaria de Segurança Pública; posteriormente em dezembro de 1911, por meio de um decreto que reorganizou o serviço de perícias oficiais e o médico Oscar Freire de Carvalho tornou-se o primeiro diretor do Instituto.

O nome do Instituto remonta a 1912, quando a Assembleia Legislativa da Bahia aprovou a homenagem ao médico Raimundo Nina Rodrigues, professor da Faculdade de Medicina da Bahia e pioneiro da medicina legal no país.

Por mais de 60 anos o IMLNR funcionou junto ao prédio da tradicional Faculdade de Medicina da Bahia, à época localizada no Terreiro de Jesus. Em 8 de março de 1979, foi inaugurado o atual prédio da sede do órgão, no Complexo Dra. Maria Thereza de Medeiros Pacheco.

A estrutura legal que define suas atribuições está ligada à reorganização do serviço de perícias no início do século XX, bem como aos decretos estaduais que estabeleceram o instituto como órgão pericial oficial. Atualmente, o IMLNR realiza exames de Lesões Corporais e nas áreas de Sexologia Forense, Tanatologia Forense, Anatomia Patológica, Antropologia Forense, Radiologia Forense, Psiquiatria Forense e Odontologia Legal. Além disso, o Instituto também desempenha importante papel na identificação humana e na busca por pessoas desaparecidas.



INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELLO

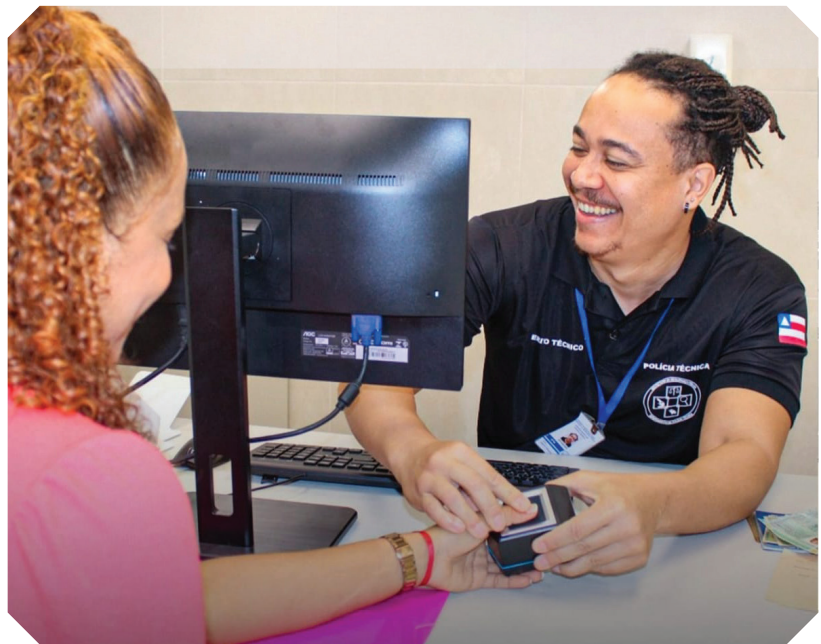
O Instituto de Identificação Pedro Mello (IIPM) foi criado pela lei estadual n.º 822, de 11 de agosto de 1910, com o nome de Gabinete de Identificação, anexo à Repartição Central de Polícia. Em 1937, com publicação do decreto estadual n.º 10.521, que criou o Departamento de Polícia Técnica da Bahia, o IIPM, na época sob o nome apenas de Instituto de Identificação, adentra a estrutura do DPT-BA. Por força do decreto n.º 13.547 de 09 de janeiro de 1947, passa a se chamar Instituto de Identificação Pedro Mello, em homenagem ao fundador e primeiro diretor do Instituto de Identificação, Pedro Augusto de Mello.

Ao IIPM cabe a realização dos serviços de identificação civil (Carteira de Identidade Nacional), identificação criminal (Lei n.º 12.037/2009), identificação funcional, identificação necropapiloscópica e perícia papiloscópica em fragmentos de local de crime.

Em 2025, o Instituto de Identificação Pedro Mello produziu mais de 2.100.000 (dois milhões e cem mil) Carteiras de Identidade Nacionais (CIN) por meio do Núcleo de Identificação Multi-biométrica da Bahia (NIMBA),

o novo sistema com tecnologia ABIS (Automated Biometric Identification System), que utiliza tecnologia de ponta para o processo de identificação biométrica da população baiana. Desde julho de 2024 que o IIPM emite o novo padrão da CIN, cujo número é unificado nacionalmente através do CPF, possuindo, ao final de 2025, em sua base digitalizada de dados biométricos cerca de 12.000.000 (doze milhões) de cadastros. O referido sistema NIMBA é ferramenta importante para a execução das perícias de identificação papiloscópica, criminal e necropapiloscópica executadas no IIPM.

O Projeto "CIN em Todo Lugar", iniciado em março de 2025, tem o objetivo de levar atendimento para emissão da CIN, por meio de terminais on-line, para todos os municípios do estado da Bahia. Deste modo, a Bahia terá atendimento do IIPM com emissão da CIN on-line em todos os 417 municípios do estado.



INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA AFRÂNIO PEIXOTO

O Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto (ICAP) foi criado em 1938, por meio do decreto nº 10.706, sob o nome de Instituto de Investigação Criminal, subordinado ao Departamento de Polícia Técnica. Em 1967, com o regulamento da Secretaria da Segurança Pública, aprovado pelo decreto nº 20.160, passa a ser nomeado de Instituto de Investigação Criminal Afrânio Peixoto, em homenagem ao Médico Legista e Professor Afrânio Peixoto, baiano, mestre da Medicina Legal Brasileira e membro da Academia Brasileira de Letras. Em 1976, por meio da Lei nº 3.497, teve o seu nome alterado para Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto, consolidado até os dias atuais.

Ao Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto cabe realizar exames de local de crime, objetivando constatar a materialidade do vestígio, fornecendo provas técnicas a partir do que foi encontrado, por meio de protocolos técnico-científicos, em diferentes especialidades. As perícias forenses realizadas pelo ICAP se dividem em internas e externas, sendo as primeiras realizadas na sede do Instituto, enquanto as externas são realizadas no local onde ocorreu o delito.

Em relação à perícia interna, estão incluídos: balística forense, procedendo a exames em projéteis e armas de fogo vinculadas a crime; perícias em escritas contábeis vinculadas a delitos; perícias em documentos, ou qualquer material gráfico, bem como em meio digital; análise de material audiovisual, além de computadores e dispositivos móveis, visando constatar possíveis alterações em arquivos ou sistemas e equipamentos eletrônicos e adulteração em sinais identificadores de veículos. Já no que tange aos exames externos, há, dentre outros, a perícia em locais de morte violenta; crimes ambientais e contra o patrimônio; incêndios, explosões, desabamentos e acidentes por descarga elétrica.



LABORATÓRIO CENTRAL DE POLÍCIA TÉCNICA

O Laboratório Central de Polícia Técnica (LCPT) foi criado por meio da Lei nº 3.118, de 27 de junho de 1973, como órgão integrante da estrutura organizacional do Departamento de Polícia Técnica da Bahia (DPT-BA). Em seu início de funcionamento, o Laboratório era formado pelas seções de Hematologia, Toxicologia, Biologia, Física, Química, Fotografia e Administração. Em 1990 o LCPT sofreu um incêndio que suspendeu a maior parte de suas atividades. Após 04 anos de reconstrução, o Laboratório foi reinaugurado em 30 de dezembro de 1994.

Ao longo dos anos, novas coordenações foram incorporadas à estrutura do LCPT, consolidando sua posição no cenário nacional como Laboratório Forense de referência, contando atualmente com as seguintes Coordenações: Análise Instrumental, Biologia Forense, Bromatologia Forense, Física Forense, Genética Forense, Hematologia Forense, Química Forense, Toxicologia Forense, Plantão e Apoio Operacional.

O LCPT busca aprimorar e garantir a qualidade dos serviços prestados, participando de importantes redes e programas normativos, tais como a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), que possui a finalidade principal de manter, compartilhar e comparar perfis genéticos com o objetivo de auxiliar na apuração criminal e/ou na instrução processual, o Programa Internacional de Garantia da Qualidade promovido pelo Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime, através de Exercícios Colaborativos Internacionais (ICE/UNODC) e do Programa de Ensaios de Proficiência do INMETRO para Drogas e Alcoolemia.



DIRETORIA DO INTERIOR

A Diretoria do Interior (DI) foi criada por meio da Lei n.º 9.289/2004, com a finalidade de gerir as ações no campo da Criminalística, Medicina e Odontologia Legal no interior do estado. Com sede na capital, sua estrutura atualmente conta com 30 (trinta) Coordenadorias Regionais de Polícia Técnica (CRPT) e 03 (três) Postos Avançados (PA), distribuídos em 07 (sete) Macrorregiões.

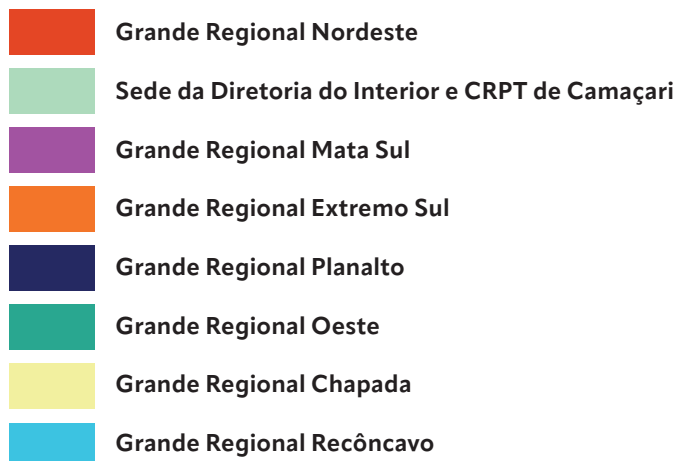
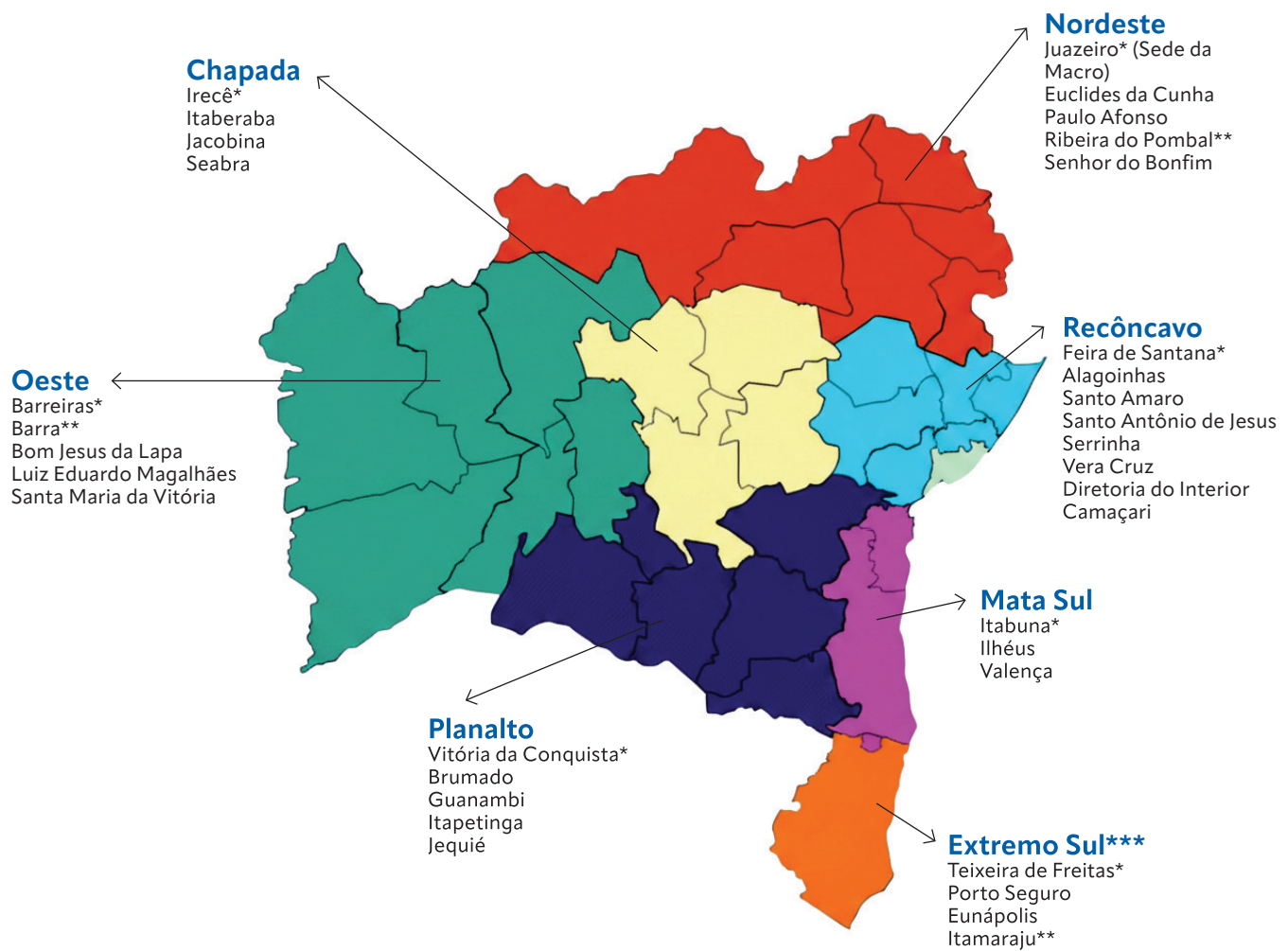
Nas CRPT's e PA's são realizados exames periciais criminais, médico legal e de odontologia legal, onde cada vez mais investe-se em equipamentos, estrutura física e recursos humanos, para que a maioria dos exames complementares e laboratoriais seja realizada nas próprias sedes das regionais, garantindo maior celeridade na entrega dos laudos periciais. Neste propósito, diversos laboratórios para exames de drogas de abuso têm sido estruturados, bem como equipamentos como microscópios, aparelhos de extração de dados de dispositivos móveis e elevadores veiculares têm sido adquiridos e instalados em diversas Coordenadorias Regionais.

As Coordenadorias e Postos Avançados atuam de forma integrada com as demais Forças de Segurança Pública, sendo responsáveis pela prestação integralizada do serviço pericial na abrangência de 414 (quatrocentos e quatorze) municípios do Estado da Bahia, conforme legislação, sendo fixadas em Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) e Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP).

Por meio de investimentos em recursos humanos e equipamentos, a interiorização pericial tem sido fortalecida ao longo dos anos, o que potencializa a descentralização das demandas periciais, atendendo a todos os macros territórios do Estado, dando maior celeridade e eficiência ao atendimento demandado pelas autoridades requisitantes.



Distribuição das Macrorregionais, CRPTs e PAs atual



Legenda de Símbolos:

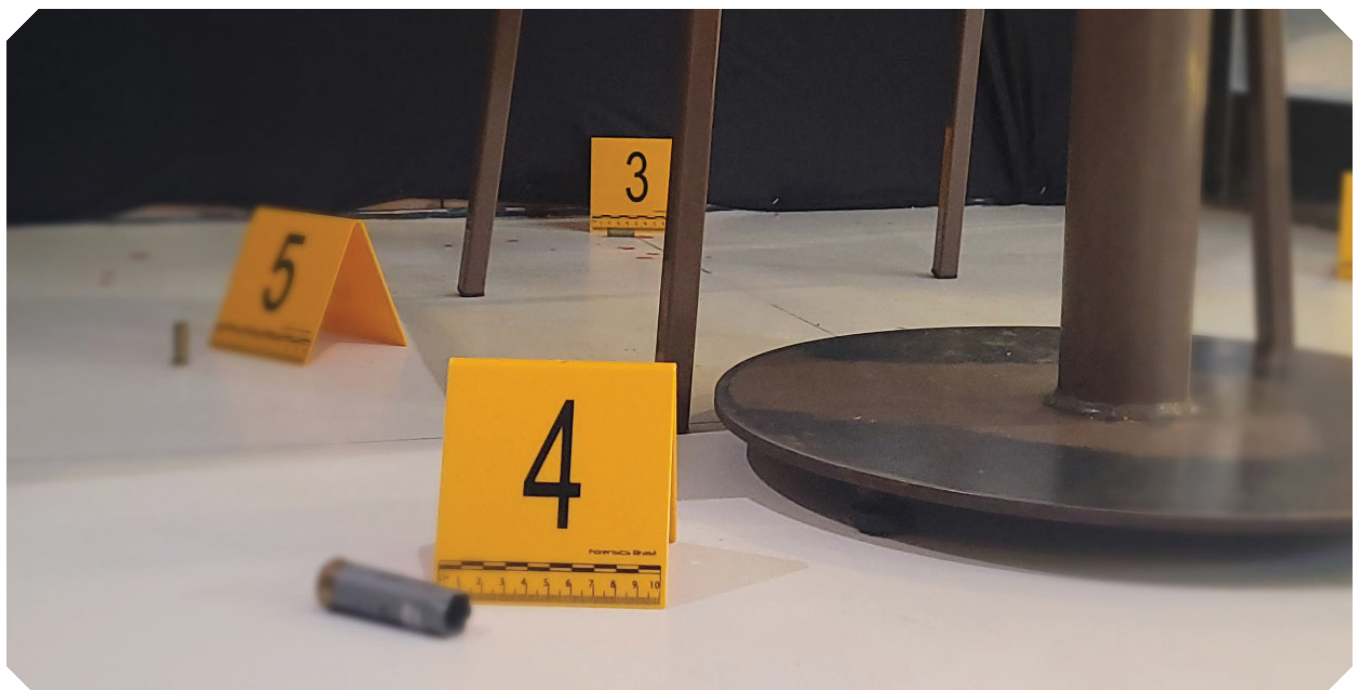
- * = Sede da Macro Regional
- ** = Posto Avançado
- *** = Em implantação

INSTITUTO CENTRAL DE CUSTÓDIA DE VESTÍGIOS

O Instituto Central de Custódia de Vestígios (ICCV) surgiu visando atender às normativas legais sobre a destinação da guarda e controle dos vestígios, preceitos normativos disciplinados pela Lei nº 13.964 de 24 de dezembro de 2019, que aperfeiçoou a legislação penal e processual penal, e instituiu o conceito, o marco inicial, as etapas, responsabilidades, normas para a garantia da idoneidade e rastreabilidade dos vestígios e provas materiais por meio da cadeia de custódia, tornou-se imprescindível a implantação das unidades físicas de custódia no âmbito estadual, assim como sua estruturação normativa, como a elaboração de Procedimentos Operacionais e Metodologias.

A finalidade do ICCV é planejar, executar, controlar e supervisionar as ações relacionadas à cadeia de custódia dos vestígios coletados em locais de crime ou vítimas de crime e encaminhados para exame pericial, com o fim de gerenciar a rede de Centrais de Custódia de Vestígios no DPT-BA, que totalizam oito unidades: uma na capital e sete no interior do Estado. A primeira Central de Custódia de Vestígios foi inaugurada em 11 de dezembro de 2024 para atender Salvador e Região Metropolitana.

Para além de gerir, o propósito do ICCV é fomentar e fortalecer a efetividade da cadeia de custódia no âmbito do DPT-BA e dos demais órgãos que compõem o Sistema Estadual de Segurança Pública do Estado da Bahia (SESP/BA), traçando novas práticas para monitorar e garantir a qualidade dos serviços do DPT-BA, contribuindo para uma prova pericial mais robusta e eficaz.



3.4 Carta de Serviços

O Departamento de Polícia Técnica da Bahia atende à sociedade e ao interesse público através da oferta de uma vasta gama de serviços, com resultados que refletem na população baiana por meio da promoção de justiça e de cidadania. Atuando em diversas áreas da perícia criminal e na identificação civil, o DPT-BA atende todo o Estado da Bahia, conforme relação de serviços abaixo elencados:

1. Obter 1ª via da carteira de identidade nacional – CIN (Capital e interior)
2. Obter 2ª ou demais vias da carteira de identidade nacional – CIN (Capital e interior)
3. Solicitar identificação em domicílio para obter carteira de identidade (Capital e interior)
4. Registrar manifestação na ouvidoria do Departamento de Polícia Técnica (on-line)
5. Oferecer denúncia à Corregedoria do DPT (on-line)
6. Requisitar exame de balística forense: (Capital e as 33 unidades do interior)
 - a. Identificação do componente de munição;
 - b. Identificação de arma de fogo;
 - c. Determinar a eficiência da arma de fogo;
 - d. Determinar a eficiência da munição;
 - e. Aferição de segurança de arma de fogo (Mecanismo);
 - f. Exame de confronto balístico (microcomparação balística); (Juazeiro, Irecê, Vitória da Conquista e Feira de Santana)
 - g. Atividade de cadastramento e pesquisa no Banco Nacional de Perfis Balísticos (BNPB) do Sistema Nacional de Análise Balística (SINAB) para cruzamento de informações sobre as armas de fogo questionadas e a utilização em mais de um evento. (Somente capital)
7. Requisitar exame de documentoscopia: (Somente capital)
 - a. Documentoscópico (análise de suportes documentais, elementos de segurança, registros impressos e possíveis adulterações);
 - b. Grafodocumentoscópico (quando há necessidade de correlação entre aspectos gráficos e documentoscópicos em um mesmo objeto);
 - c. Exame em documentos digitais (documentos nato-digitais ou digitalizados; análise de integridade, autoria, temporalidade, assinaturas eletrônicas, certificados digitais e manipulação);
 - d. Em Moeda e Papel Moeda (cédulas nacionais e estrangeiras, moeda metálica e jogo impresso);
 - e. Em Suportes e Cartões Magnéticos/Eletrônicos (cartões bancários, cartões de acesso, documentos plásticos com chip ou tarja);
 - f. Em Instrumentos Escritores e Tintas (canetas, carimbos, impressos por equipamentos computacionais, análise de tintas e cruzamento de traços);
 - g. Conformidade de marca (autenticidade, falsificação, contrafação de produtos com marca registrada) e Propriedade Intelectual;
 - h. Em Petrechos de Falsificação e Objetos Relacionados (matrizes, carimbos, clichês, impressoras, dispositivo de adulteração).
8. Requisitar exame de perícia contábil: (Somente capital)
 - a. Exames em documentos contábeis, financeiros em suas escriturações e cotejamento com bancos de dados oficiais;
 - b. Exames nas demonstrações contábeis, financeiras e econômicas ou em parte dessas

- demonstrações e seus respectivos cotejamento com as escriturações;
- c. Avaliação econômica direta e indireta de bens;
 - d. Autenticidade de documentos com base em dados fiscais.
- 9.** Requisitar exame pericial de engenharia legal: (Capital e as 33 unidades do interior)
- a. De danos materiais de engenharia em imóveis residenciais, comerciais, equipamentos públicos;
 - b. De danos materiais de engenharia em veículos;
 - c. Em locais de desabamento;
 - d. Em locais de deslizamento ou de desmoronamento;
 - e. Em locais de Acidentes de Trabalho com vítima fatal;
 - f. Determinação de trajetórias de projéteis em imóveis, veículos e outros locais;
 - g. Em locais de incêndio;
 - h. Em locais de shows pirotécnicos;
 - i. Em estabelecimentos de comércio de fogos de artifício;
 - j. Em locais de explosão;
 - k. Em locais de eletroplessão;
 - l. Em locais de furto de água e de energia;
 - m. Em locais de furto de pulso telefônico ou sinal de internet;
 - n. De verificação do funcionamento de equipamentos mecânicos, elétricos e objetos em geral;
 - o. Vistoria Técnica em trios elétricos (circuitos do Carnaval).
- 10.** Requisitar exame pericial de retrato falado:
- a. Confecção de exame do retrato falado; (Somente capital)
 - b. Representação do local onde ocorreu evento de interesse criminalístico; (Capital e as 33 unidades do interior)
 - c. Croqui de local de acidente de veículos. (Capital e as 33 unidades do interior)
- 11.** Requisitar exame pericial dos crimes contra a vida: (Capital e as 33 unidades do interior)
- a. Em local de ação violenta, sendo objeto de análise da cena de crime: veículos, imóveis públicos ou privados, onde as vítimas tenham sido socorridas do local;
 - b. Em local onde ocorreu morte violenta, sendo encontrada vítima fatal na cena de crime;
 - c. Em logradouro público, empresa e residência, sem sinais de violência, de morte a investigar;
 - d. Em local onde ocorreu morte violenta, sendo encontrada vítima fatal com suspeita de suicídio;
 - e. De reprodução simulada para ocorrências relacionadas à cena de crime com morte violenta (estudo da dinâmica relacionada ao crime contra a vida);
 - f. Perícia de local, quesitações, outros.
- 12.** Requisitar exame pericial dos crimes contra o meio ambiente: (Capital e as 33 unidades do interior)
- a. Comércio/Transporte de espécimes, produtos, subprodutos da fauna e flora;
 - b. Danos e supressão vegetal;
 - c. Danos em corpo hídrico;
 - d. Descarte inadequado de resíduos;
 - e. Extração mineral;
 - f. Identificação de espécimes, partes, produtos, instrumentos e petrechos;
 - g. Incêndio florestal e queimadas;
 - h. Maus-tratos contra animais;

- i. Poluição atmosférica;
- j. Poluição hídrica;
- k. Poluição sonora.

13. Requisitar exame pericial dos crimes contra o patrimônio: (Capital e as 33 unidades do interior)

- a. De danos em imóveis (prédios públicos; residenciais, comerciais);
- b. De danos em equipamentos públicos (ex: parques, praças públicas);
- c. De dano material (por ação intencional ou por uso em atividade ilegal) em veículos em geral, em objetos pessoais, em objetos eletrônicos e eletrodomésticos;
- d. De levantamento de impressões digitais em locais relacionados aos Crimes Contra o Patrimônio.

14. Requisitar exame pericial em computação forense: (Santo Antônio de Jesus, Irecê, Itabuna, Barreiras, Feira de Santana, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista)

- a. Análise de dispositivos eletrônicos;
- b. Recuperação de dados;
- c. Análise de mídias digitais;
- d. Análise de e-mails e comunicações digitais;
- e. Análise de redes e tráfego de dados;
- f. Análise de mídias sociais;
- g. Autenticação e integridade de vestígios digitais;
- h. Análise de malware e segurança cibernética;
- i. Preparação de relatórios técnicos e testemunho em tribunal.

15. Requisitar exame pericial em veículos: (Capital e as 33 unidades do interior)

- a. De Identificação em veículos em geral automotores (a combustão, elétricos e híbridos);
- b. De Identificação em séries de motores, caixa de câmbio, carrocerias, vidros e demais peças que possam contribuir para identificar total ou parcialmente um veículo;
- c. De Identificação em séries de placa de licenciamento e identificação;
- d. De Identificação em embarcações;
- e. De Identificação do VIN (Vehicle Identification Number - número de identificação do veículo) e/ou a Seção Identificadora do Veículo, gravado no chassi ou impresso em etiqueta;
- f. Em locais de acidentes de veículos com vítimas;
- g. Em veículos automotores, de propulsão humana ou animal, em implementos rodoviários (reboque, semi-reboque e suas combinações) e implementos agrícolas decorrentes de danos produzidos por acidentes de trânsito sem vítima.

16. Requisitar exame pericial em audiovisuais: (Somente capital)

- a. Comparação de Locutor;
- b. Identificação de Sons;
- c. Tratamento de Áudio para Melhoria da Inteligibilidade;
- d. Verificação de Edição em Áudio;
- e. Verificação de Edição em Imagens Estáticas;
- f. Verificação de Edição em Vídeo;
- g. Tratamento de vídeo para melhoria da inteligibilidade;
- h. Comparação facial; (Capital e interior)
- i. Identificação de objetos em imagens;
- j. Estimativa de velocidade de veículos em vídeo;
- k. Estimativa de alturas e distâncias em vídeo.

- 17.** Solicitar exame pericial na clínica médica do IML:
 - a. Lesões corporais, (Capital e interior)
 - b. Odonto-Legal, (Capital e interior)
 - c. Embriaguez, (Capital e interior)
 - d. Estimativa de idade em vivo baseada no exame dos dentes, (Capital e interior)
 - e. Constatação de Conjunção Carnal, (Capital e interior)
 - f. Constatação de Ato Libidinoso, (Capital e interior)
 - g. Constatação de doenças sexualmente transmissíveis, (Capital e interior)
 - h. Constatação de gravidez, (Capital e interior)
 - i. Constatação de aborto, (Capital e interior)
 - j. Verificação de virgindade, (Capital e interior)
 - k. Sanidade Mental, (Itabuna, Barreiras, Feira de Santana, Jequié e Irecê)
 - l. Avaliação psiquiátrica. (Somente capital)
- 18.** Solicitar busca por supostos desaparecidos (Capital e interior)
- 19.** Solicitar entrevista com familiares de pessoas desaparecidas no setor de Antropologia forense (Capital e interior)
- 20.** Solicitar exame de alcoolemia (Somente capital)
- 21.** Solicitar exame pericial em drogas brutas (Capital e interior)
- 22.** Solicitar exames periciais de DNA relacionados à identificação humana e confronto de perfis genéticos de vestígios coletados em locais de crime e pesquisa de PSA e espermatozóides em amostras provenientes de crime de natureza sexual (Capital e interior)
- 23.** Solicitar exame pericial em alimentos e bebidas relacionados a crimes contra a vida e ao consumidor: (Somente capital)
 - a. Pesquisa de venenos e corpos estranhos em alimentos e bebidas;
 - b. Pesquisa de adulteração de alimentos e bebidas.
- 24.** Solicitar exames periciais em amostras de água, efluentes, solo e carvão (Somente capital)
- 25.** Solicitar exame pericial em insetos de interesse forense na busca de hipóteses que contribuam para a elucidação de crimes (Somente capital)
- 26.** Solicitar exame pericial substâncias químicas, explosivos, inflamáveis e exames residuográficos: (Somente capital)
 - a. Realizar exames periciais em explosivos e resíduos pós explosão;
 - b. Realizar exames periciais em inflamáveis e resíduos pós incêndio;
 - c. Realizar exames periciais em combustíveis;
 - d. Realizar exames de identificação de substâncias químicas;
 - e. Realizar pesquisas de partículas originadas de disparos de arma de fogo em mãos e vestes de supostos atiradores;
 - f. Realizar pesquisas de partículas metálicas originadas do choque de projéteis em anteparos.
- 27.** Solicitar exame pericial em vestígios hematológicos: (Somente capital)
 - a. Realizar tipagem em sangue de periciando vivo ou morto;
 - b. Identificar sangue humano, em vestígios coletados em locais de crimes contra a vida, bem como pesquisa dos antígenos do sistema ABO;
 - c. Pesquisar os anticorpos do HIV em sangue.
- 28.** Solicitar exame pericial em vestígios relacionados a crimes sexuais, crimes contra a fauna e flora e identificação de pelos (Somente capital)
 - a. Pesquisa de BHCG – solicitado por médicos legistas para vítimas de agressão sexual;
 - b. Pesquisa de diplococos Gram negativos - solicitado por médicos legistas para vítimas

de agressão sexual;

c. Pesquisa de secreção orgânica – identificar elementos que possam determinar que tipo de secreção orgânica se apresenta;

d. Identificação de animais – São realizadas identificações taxonômicas utilizando-se chaves dicotômicas que utilizam caracteres diagnósticos para chegar ao nível de espécie, verificando se os mesmos estão enquadrados em listas de animais proibidos de caça;

e. Identificação de vegetais e madeiras – São realizadas identificações taxonômicas utilizando-se chaves dicotômicas que utilizam caracteres diagnósticos para chegar ao nível de espécie, verificando se os mesmos estão enquadrados em listas de plantas proibidas de extração/corte;

f. Identificação de pelos (humano e não humano).

29. Solicitar exame pericial físico-descritivos em objetos aplicados à criminalística e à medicina legal: (Capital e interior)

a. Realizar exames periciais físico-descritivos em objetos de interesse forense (arma branca, vestes e quaisquer outros).

30. Solicitar exame pericial toxicológicos em material biológico coletado de periciando ou animal para esclarecimento de causa mortis ou circunstâncias de crimes: (Somente capital)

a. Realizar exames em sangue e fragmento de pulmão para pesquisa de solventes químicos e venenos voláteis;

b. Realizar exames em sangue e urina de periciandos vivos para pesquisa de drogas ilícitas e aquelas facilitadoras de crimes;

c. Realizar exames em material biológico para pesquisa de substâncias que provocaram intoxicação seja ela letal ou não;

d. Realizar exames em material biológico de vítimas de afogamento, acidente automobilístico e no trabalho para pesquisa de substâncias que reduzam a capacidade de concentração e vigília;

e. Realizar exames em material biológico de vítimas de homicídio para pesquisa de drogas ilícitas.

31. Solicitar exames médicos legais em pessoas mortas no interior do Estado (Capital e interior)

a. Realizar exame de necropsia;

b. Realizar exame de determinação de sexo em morto;

c. Realizar exame de exumação;

d. Realizar exame de estimativa de idade em morto (Odonto-legal);

e. Realizar exame de comparação facial (Odonto-Legal);

f. Realizar exame de exumação Odonto-Legal;

g. Realizar identificação Odonto-Legal;

h. Realizar exame de Alcoolemia;

i. Realizar exame Toxicológico;

j. Realizar exame Hematológico;

k. Realizar exame radiológico.

32. Solicitar exame pericial em papiloscopia

a. Realizar levantamento de impressões digitais;

b. Realizar perícias papiloscópicas;

c. Realizar confronto papiloscópico;

d. Realizar identificação necropapiloscópica;

e. Realizar identificação criminal.



4 PLANO ESTRATÉGICO 2026-2030

4.1 O Plano Estratégico 2019-2025 como ponto de partida

O Plano Estratégico 2026-2030 do Departamento de Polícia Técnica da Bahia nasce da necessidade de dar continuidade ao trabalho desenvolvido em função do planejamento anterior, que resultou no Plano Estratégico 2019-2025, que foi o primeiro PEO elaborado e executado pelo Departamento.

Tendo como visão “Ser referência nacional, até 2025, pela excelência na produção da prova material”, o DPT-BA definiu, em seu Plano Estratégico 2019-2025, objetivos e projetos para o alcance desta visão. A realização destes objetivos e projetos permitiu a elaboração de um novo plano estratégico, com vistas a continuar o que foi iniciado no plano anterior, mas com atenção às novas oportunidades de avanços estratégicos para o alcance de uma nova visão.

Mesmo enfrentando a pandemia da COVID-19, que se iniciou em março de 2020 e foi mantida enquanto Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional por 03 anos, atravessando o intervalo de tempo do Plano Estratégico 2019-2025, o DPT-BA conseguiu implementar importantes ações definidas para o período. Dentre os resultados alcançados para o que foi planejado, destacam-se:

- Realização de concurso público em 2023 e cursos de formação realizados em 2024 e 2025, ampliando o efetivo pericial do DPT-BA de 951 para 1782 peritos e peritas;
- Capacitação em diversas áreas do conhecimento, tais como planejamento de compras públicas, cadeia de custódia, formação de brigada de incêndio, gestão e fiscalização de contratos, técnicas em oratória, redação profissional, gestão de riscos, gestão do conhecimento, prevenção de acidentes de trabalho e uso de geotecnologias;
- Aperfeiçoamento em áreas finalísticas, com a oferta e realização de cursos nas áreas de hematologia, papiloscopia, identificação veicular, pesquisa de espermatozóide e exame de PSA, audiovisual, documentoscopia, fonética forense, medicina veterinária legal, dentre outras;
- Inauguração de 04 Salas Lilás no interior do estado (Barreiras, Ribeira do Pombal, Serinha e Vera Cruz) para atendimento de mulheres e crianças vítimas de violência;
- Ampliação da realização de serviços e perícias no interior do estado, no qual todas as 33 unidades do interior passaram a realizar exames da clínica médica legal e foram implantados laboratórios nas Macrorregionais;

- Aquisição e modernização de sistemas e equipamentos para execução de perícias e emissão da CIN, a exemplo do sistema IBIS de microcomparação balística, do sistema ABIS de identificação multibiométrica, da plataforma automatizada para o processamento de amostras de DNA em crimes sexuais e do sistema para extração de dados em dispositivos móveis e computacionais;
- Emissão de mais de 231 mil laudos em 2025, o que representou um aumento de 23% em comparação com o ano anterior;
- Criação da sala para atendimento dos custodiados no setor da Clínica Médica do IMLNR em 2020.

Além de outras realizações que embora não previstas, foram realizadas, as quais destacam-se:

- Implantação do Serviço Integrado de Atendimento a Locais de Crime – SIALC que passou a contar com uma equipe do DPT dentro do prédio do DHPP/PCBA;
- Criação do Instituto Central de Custódia de Vestígios, do Núcleo de Inteligência, da Coordenação de Atenção à Saúde e Valorização do Servidor e do Escritório de Projetos, Processos e Monitoramento da Estratégia;
- Ampliação da participação do DPT-BA em operações policiais;
- Lançamento do edital para construção da nova sede, um investimento de mais de R\$ 140 milhões;
- Instituição da Medalha do Mérito Policial Científico - Doutora Maria Theresa de Medeiros Pacheco através do Decreto nº 24.223 de 18 de dezembro de 2025.



4.2 O Plano Estratégico 2026-2030 do Departamento de Polícia Técnica da Bahia

4.2.1 Metodologia do plano

Para a elaboração do Plano Estratégico 2026-2030 do DPT-BA, foi utilizada a metodologia Balanced Scorecard (BSC), que se vale de ferramentas capazes de traduzir e comunicar a estratégia de uma organização, de maneira fácil e compreensível para todos aqueles que serão beneficiados por tal plano. Um plano estratégico construído a partir do BSC é projetado para que a organização possa monitorar o alcance dos objetivos definidos neste plano, por meio de perspectivas que guardam relação de causa e efeito entre si. Além do BSC, foi utilizado o Modelo de Negócios Canva, para o desenvolvimento do Mapa de Negócios e da Proposta de Valor do Plano Estratégico 2026-2030.

O processo de elaboração do Plano Estratégico 2026-2030 foi desenvolvido nas seguintes etapas:

- 1. Sensibilização:** reunião de alinhamento com a alta gestão e evento de sensibilização dos servidores do DPT-BA para conhecimento e participação no Planejamento;
- 2. Constituição da Comissão e Comitê do Planejamento:** marco legal que definiu os membros da Comissão de Revisão e Elaboração e do Comitê de Validação do Plano Estratégico 2026-2030, por meio da Portaria nº 0147/2025, e que descreve as atribuições de ambos. A Comissão é responsável por participar das oficinas de planejamento e nelas elaborar os produtos do Plano Estratégico 2026-2030, enquanto o Comitê é responsável por fazer a validação técnica destes produtos.
- 3. Oficinas de planejamento:** 37 (trinta e sete) encontros semanais realizados com os membros da Comissão para criação dos produtos do Plano Estratégico 2026-2030 (Direcionadores estratégicos, Mapa de negócios e Proposta de valor, Objetivos e Mapa estratégicos, Fatores Críticos de Sucesso, Indicadores e Metas estratégicas, Portfólio de projetos e Portfólio de processos e Matriz de riscos) no período compreendido entre setembro de 2025 a abril de 2026;;
- 4. Lançamento do Plano Estratégico 2026-2030:** Evento de lançamento do Plano Estratégico 2026-2030 do Departamento de Polícia Técnica da Bahia.

4.2.2 Processo de elaboração do plano

O Planejamento Estratégico Organizacional (PEO) 2026–2030 do Departamento de Polícia Técnica da Bahia (DPT-BA) foi desenvolvido e conduzido pelo Escritório de Projetos, Processos e Monitoramento da Estratégia (EPPE), por meio do Núcleo de Monitoramento da Estratégia (NME), responsável pela coordenação metodológica e técnica dos trabalhos.

Para a construção do plano, foi constituída uma comissão multidisciplinar composta por representantes do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues (IMLNR), Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto (ICAP), Instituto de Identificação Pedro Mello (IIPM), Instituto Central de Custódia de Vestígios (ICCV), Laboratório Central de Polícia Técnica (LCPT), Diretoria do Interior (DI) e das coordenações administrativas do Departamento. O processo foi desenvolvido de forma participativa e colaborativa, envolvendo análise institucional, definição de diretrizes estratégicas e alinhamento das prioridades organizacionais, culminando na elaboração do Planejamento Estratégico 2026–2030 do DPT-BA.

O Planejamento Estratégico 2026-2030 do DPT-BA possibilitará avanços na maturidade organizacional desejada, dando um importante passo para a consolidação futura da Polícia Científica da Bahia ao fazer uma revisão do Plano Estratégico Organizacional 2019-2025. Como resultado, são apresentados os produtos elaborados pela Comissão do Planejamento Estratégico nas oficinas realizadas para este fim, e em sequência validados pelo Comitê Executivo composto pela Diretoria Geral, a Corregedoria adjunta e o EPPE.

Para tanto foi instituída a Portaria DPT nº 0073 de 01 de agosto de 2025 a comissão de revisão do Planejamento Estratégico 2019-2025, substituída pela Portaria DPT nº 0109 de 29 de agosto de 2025 que instituiu a comissão de elaboração do Planejamento Estratégico 2026-2030 e o comitê executivo de aprovação dos produtos do Plano e alterada pela Portaria DPT nº 0147 de 14 de novembro de 2025 que substituiu alguns membros da comissão e do comitê, ao qual permaneceu até abril de 2026 quando foram realizadas as últimas oficinas de planejamento.



4.2.3 Mapa de negócios e Cadeia de valor

Compreender de forma clara como a organização se estrutura e gera valor é essencial para orientar decisões consistentes e sustentáveis. Nesse sentido, ferramentas como o Mapa de Negócios e a Cadeia de Valor desempenham um papel fundamental, uma vez que oferecem uma visão integrada das atividades, processos e relações que sustentam o funcionamento da instituição.

Enquanto o Mapa de Negócios permite visualizar, de maneira sistêmica, os principais componentes que mobilizam o negócio da organização, incluindo suas áreas-chave, fluxos de trabalho, públicos de interesse e interdependências, a Cadeia de Valor aprofunda essa análise ao especificar, por meio da definição de macroprocessos, como cada atividade desempenhada pela organização contribui para a geração de valor ao cliente final. Tais representações facilitam a identificação de pontos fortes, lacunas operacionais e oportunidades de melhoria, contribuindo para um alinhamento mais eficaz entre a estratégia definida e sua posterior execução.

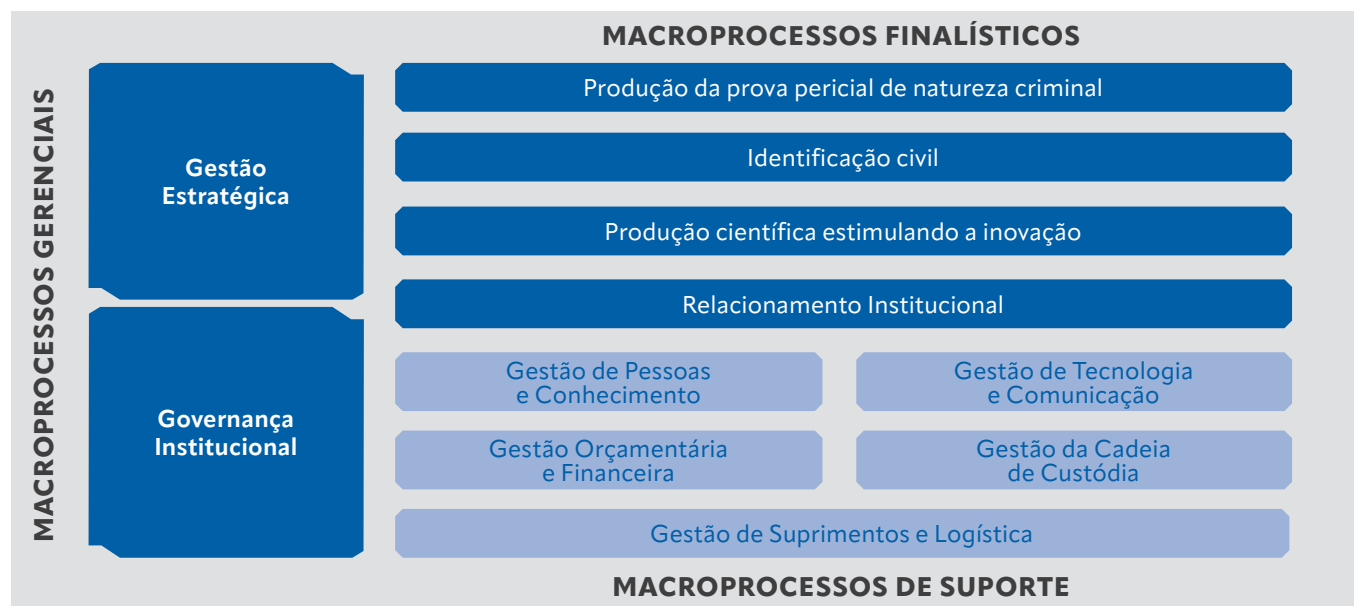
A integração dessas duas ferramentas proporciona uma compreensão abrangente do negócio, permitindo que a organização avalie como cada elemento impacta diretamente seus resultados estratégicos. Dessa forma, a leitura em conjunto do Mapa de Negócios e da Cadeia de Valor fortalece a capacidade de planejamento e execução do que foi planejado.



Mapa de Negócios do DPT-BA

PARCERIAS CHAVE	ATIVIDADES CHAVE	PROPOSTA DE VALOR	RELACIONAMENTO COM O CLIENTE	USUÁRIO/BENEFICIÁRIO
<ul style="list-style-type: none"> Órgãos públicos federais, estaduais e municipais Forças de segurança pública e defesa social Poderes executivo, legislativo e judiciário Universidades públicas e privadas Empresas privadas de comunicação e tecnologia Conselhos de segurança 	<ul style="list-style-type: none"> Produção da prova pericial de natureza criminal Identificação civil Atuação integrada com as políticas nacionais e estaduais de segurança pública Produção científica estimulando a inovação Produção de conhecimento de inteligência para tomada de decisões estratégicas 	<ul style="list-style-type: none"> Melhora da imagem institucional Melhora dos protocolos e capacitação Atendimento humanizado Ampliação do atendimento (Interiorização da perícia) Autonomia Monetização de serviços 	<ul style="list-style-type: none"> Tratamento humanizado e empático Responsabilidade técnica Confiança e credibilidade 	<ul style="list-style-type: none"> Sociedade Servidores do DPT Forças de segurança pública e defesa social Órgãos públicos federais, estaduais e municipais Órgãos do poder executivo e judiciário Universidades públicas e privadas Instituições financeiras e empresas privadas de comunicação
	<p>RECURSOS CHAVE</p> <ul style="list-style-type: none"> Infraestrutura física Pessoas Equipamentos Veículos Sistemas 		<p>CANAIS DE COMUNICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> SEI E-mail Telefone e Whatsapp Mídias de comunicação (Redes sociais) TAG (Ouvidoria) 	
<p>INSUMOS</p> <ul style="list-style-type: none"> Capacitação e valorização Contratações para o funcionamento das unidades Insumos para produção da prova pericial e identificação civil Atualização contínua de padrões institucionais Identidade visual 			<p>FONTES DE RECEITA</p> <ul style="list-style-type: none"> Tesouro estadual FEASPOL FESP Linhas de crédito Convênios federais Emendas parlamentares estaduais e federais 	

Cadeia de Valor do DPT-BA



4.2.4 Diagnóstico e eixos de atuação estratégica

Tendo como base o diagnóstico institucional realizado com representantes da capital e do interior, em oficinas presenciais e on-line ocorridas no período de 08 a 29/07/2025, foi utilizada a matriz SWOT (também conhecida como análise FOFA), ferramenta clássica de planejamento estratégico voltada ao mapeamento das Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças institucionais. Essa metodologia possibilitou a compreensão do cenário organizacional e subsidiou a tomada de decisões estratégicas mais assertivas.

A partir do cruzamento das variáveis da matriz SWOT, foi possível definir os eixos de atuação estratégica, a saber:

Eixo 1 – Fortalecimento Institucional

- Consolidação da autonomia administrativa, financeira e jurídica do DPT.
- Fortalecimento da identidade institucional da Polícia Científica.
- Ampliação da articulação política e interinstitucional.

Eixo 2 – Modernização e Inovação

- Transformação digital dos processos institucionais.
- Modernização tecnológica das unidades periciais.
- Ampliação do uso de inteligência artificial e automação.

Eixo 3 – Gestão e Governança

- Implantação da gestão da qualidade.
- Aprimoramento da governança e da integração institucional.
- Fortalecimento do planejamento estratégico e monitoramento de indicadores, projetos e processos.

Eixo 4 – Interiorização e Expansão Operacional

- Ampliação da capacidade das CRPTs.
- Expansão dos serviços periciais e da identificação civil.
- Fortalecimento da cadeia de custódia e segurança orgânica.

Eixo 5 – Sustentabilidade Organizacional

- Diversificação das fontes de financiamento.
- Fortalecimento do Escritório de Projetos, Processos e Monitoramento da Estratégia
- Otimização da execução orçamentária e contratual.

4.2.5 Identidade organizacional do DPT-BA: Missão, Visão e Valores

A identidade de uma organização representa sua essência. Tendo-a como base, uma organização define sua estratégia e direciona os caminhos para o alcance daquilo que deseja enquanto instituição. A identidade corporativa é formada pela Missão, pela Visão e pelos Valores da organização.

Missão: é a razão de existência de uma instituição. Em uma frase clara e objetiva, define o propósito da organização, o motivo dela existir.

Missão do DPT-BA: "Servir à sociedade com a produção da prova pericial de natureza criminal e identificação civil, para a promoção da justiça, cidadania e bem-estar social."

Visão: define a perspectiva de longo prazo da instituição, descrevendo como ela deseja se ver e ser vista no futuro. A visão reflete o salto a ser dado pela organização, ao permiti-la projetar no presente aquilo que deseja ser no futuro.

Visão do DPT-BA: Ser a instituição de referência nacional em perícia oficial de natureza criminal, identificação civil e inteligência pericial, por meio da prestação de serviço humanizado que contribua para a efetivação da justiça e cidadania.

Valores: são os princípios que sustentam a atuação da organização. São eles que orientam o trabalho, a conduta e as ações de todos na instituição.

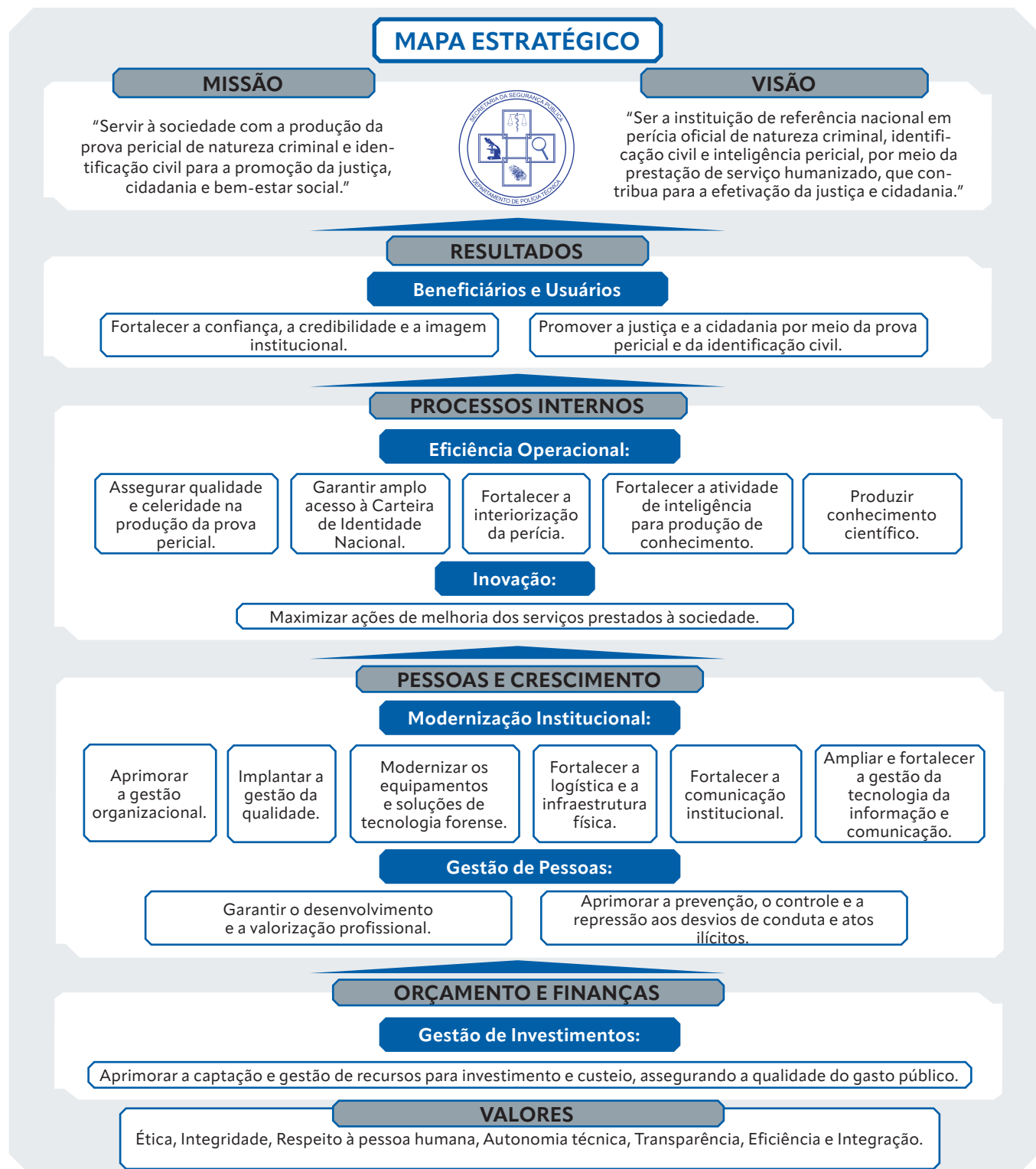
Valores do DPT-BA: Ética, Integridade, Respeito à pessoa humana, Autonomia técnica, Transparência, Eficiência e Integração.

Estratégia: expressa o direcionamento da organização e define como uma organização utiliza suas capacidades, recursos e competências para cumprir sua missão e atingir seus objetivos.

Estratégia Institucional do DPT-BA:
Instituir e consolidar a Polícia Científica no Estado da Bahia, orientada pela excelência na produção da prova material, pelo fortalecimento de uma cultura organizacional centrada nas pessoas, no compromisso com a sociedade e na sustentabilidade institucional.
Promover a valorização dos profissionais da perícia e dos demais servidores, por meio da educação continuada, da melhoria da qualidade de vida, da atenção integral à saúde e do fortalecimento do sentimento de pertencimento institucional.
Fortalecer a instituição, assegurando seu reconhecimento como órgão essencial à justiça, à segurança pública e à garantia dos direitos da sociedade.

4.2.6 Mapa Estratégico

Uma vez que a organização define sua estratégia, tendo como norte o alcance de sua Visão e o cumprimento de sua Missão, e como base de sustentação aquilo que ela tem como Valores, ela precisa desenhar o caminho para chegar aonde deseja. No planejamento estratégico este caminho se apresenta através do Mapa Estratégico, ferramenta que representa graficamente a estratégia da instituição, por meio da disposição de seus Objetivos Estratégicos, distribuídos em diferentes perspectivas, em uma relação de causa e efeito. Assim foi definido o mapa estratégico do DPT-BA para o período de 2026 a 2030:



4.2.7 Objetivos Estratégicos

Distribuídos pelas perspectivas de Orçamento e Finanças, Pessoas e Crescimento, Processos Internos e Resultados, os Objetivos Estratégicos (OE) determinam o que é fundamental alcançar, para que se chegue no estado desejado da Visão, cumprindo o que está estabelecido na Missão. Cada OE representa um desafio a ser atingido no espaço de tempo delimitado pelo Planejamento Estratégico, onde o alcance de um OE presente nas perspectivas da parte mais baixa do Mapa Estratégico é determinante para o alcance de um OE nas perspectivas mais acima. Esta é a relação de causa e efeito que deve ser visível ao se fazer a leitura de um Mapa e seus Objetivos.



Uma vez estabelecidos os Objetivos, é preciso identificar quais condições são necessárias garantir para que eles sejam alcançados, ou o que precisa de atenção e solução, sob o risco de prejuízo no alcance do Objetivo, caso nada seja feito. Estas condições ou situações que precisam de atenção e solução são chamadas de Fatores Críticos de Sucesso (FCS). A correta identificação destes Fatores e a adequada atuação da organização para que as condições identificadas sejam proporcionadas, reduzem os riscos de os Objetivos não serem alcançados.

Identificados os Fatores Críticos de Sucesso para o alcance dos Objetivos Estratégicos, é necessário determinar como descobrir se os objetivos foram atingidos. Pouco adianta estabelecer um objetivo se não houver maneira de saber se ele foi alcançado. Desta forma, o planejamento avança para a determinação dos Indicadores Estratégicos, que são instrumentos capazes de medir e monitorar se os Objetivos Estratégicos estão sendo alcançados e, assim, permitem que a estratégia seja continuamente revisada. Por meio dos indicadores, a organização pode acompanhar o andamento da execução do planejamento estratégico e tomar decisões que a mantenha no caminho para o alcance de sua visão. Estes indicadores podem ser de dois tipos: Tendência ou Resultado.

Indicadores de Tendência são aqueles que medem as ações que impulsionam o alcance do objetivo definido. Eles indicam a tendência do objetivo a ser atingido, mas não demonstram o alcance deste objetivo. Por outro lado, os Indicadores de Resultado medem o resultado efetivo do objetivo, permitindo que a organização verifique a concretização do que foi desejado, medindo, assim, o sucesso das ações empreendidas para o seu alcance. Eles refletem se o objetivo definido foi atingido ou não.

Uma vez consolidados os Indicadores Estratégicos, o planejamento se debruça em traçar suas Metas Estratégicas, que consistem em valores concretos definidos pela organização para que sejam alcançados em um horizonte temporal estabelecido. Por meio delas,

a organização é capaz de comunicar o nível de desempenho pretendido, bem como acompanhar a evolução do alcance dos Objetivos ao longo do período definido para a execução do planejamento. Estabelecer metas pressupõe que a organização mobilizará esforços para atingir um novo patamar nos resultados que já por ela são alcançados. Em seu Plano Estratégico, o DPT-BA definiu um horizonte de 05 anos para o alcance de seus Objetivos e, por consequência, a realização de sua Visão. Assim sendo, as Metas Estratégicas foram distribuídas anualmente, como forma de melhor controlar o desenvolvimento dos resultados e tomar as medidas necessárias para manter o DPT-BA no caminho da sua Visão.

Estes são os 17 Objetivos Estratégicos, seus respectivos 153 Fatores Críticos de Sucesso e 36 Indicadores e Metas Estratégicas contemplados no Plano Estratégico do DPT-BA para o período de 2026 a 2030:



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Perspectiva: Orçamento e Finanças

Gestão de Investimentos

OF-1 Aprimorar a captação e gestão de recursos para investimento e custeio, assegurando a qualidade do gasto público.

Incrementar os recursos do DPT-BA, por meio do redimensionamento das cotas orçamentárias anuais dos recursos do tesouro estadual, revisão da legislação do FEASPOL para ingresso de novas taxas, aprimoramento do planejamento do FESP, criação do fundo próprio com taxas específicas das atividades da unidade, captação de emendas parlamentares estaduais e federais, pactuação de convênios, apresentação de projetos para financiamento por operação de crédito e parcerias com entes públicos e privados, dentre outros.

Ser eficiente na execução dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis, dentro dos prazos estabelecidos.

Indicadores de resultado:

- IE-01: Percentual de execução dos recursos orçamentários destinados ao DPT-BA
- IE-02: Percentual de incremento do orçamento

Fatores Críticos de Sucesso:

- Possuir efetivo especializado e em quantidade adequada à demanda;
- Possuir CNPJ próprio;
- Promover gestões junto às instituições internas e externas, a exemplo de SSP, MJSP, TCE, PGE, SEFAZ, SEPLAN, SAEB, ALBA;
- Elaborar portfólio de projetos para a captação de recursos;
- Mapear os processos da área meio, padronizar documentos, instituir fluxo de processos para instrução processual e capacitar os profissionais envolvidos;
- Monetizar os serviços que podem ser monetizados;
- Viabilizar a criação de atas de registro de preço de itens de consumo para o SESP.

Meta:

Indicador: IE-01: Percentual de execução dos recursos orçamentários destinados ao DPT-BA					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	75	77	80	85	90

Indicador: IE-02: Percentual de incremento do orçamento					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	15	17	20	22	25

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Perspectiva: Pessoas e Crescimento

Modernização Organizacional

PC-01 Aprimorar a gestão organizacional.

Desenvolver métodos e garantir qualificações gerenciais que propiciem melhor distribuição qualitativa e quantitativa de servidores, processos gerenciais mapeados, governança, aprimoramento da cultura e foco em resultados.

Indicador de resultado:

- IE-03: Avaliação de desempenho da gestão

Indicadores de tendência:

- IE-04: Percentual de Desempenho do Portfólio de Projetos
- IE-05: Percentual de Desempenho do Portfólio de Processos

Fatores Críticos de Sucesso:

- Dispor de efetivo especializado e em quantidade adequada à demanda, incentivando e capacitando os servidores efetivos para atuarem na área de gestão;
- Priorizar a/o necessidade/interesse do serviço público na lotação dos servidores;
- Otimizar e/ou desenvolver os sistemas voltados para a gestão;
- Mapear os processos gerenciais;
- Desenvolver uma gestão mais integrada;
- Melhorar a comunicação, o feedback e o aprendizado estratégicos;
- Melhorar os relacionamentos interpessoais, promovendo mudanças no modelo da cultura organizacional;
- Aprimorar o modelo de governança;
- Implantar o controle interno;
- Desenvolver a cultura de gerenciamento de projetos e processos.

Meta:

Indicador: IE-03: Avaliação de desempenho da gestão					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	-	A implantar	A implantar	A implantar	A implantar

Indicador: IE-04: Percentual de Desempenho do Portfólio de Projetos					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	20	40	60	80	100

Indicador: IE-05: Percentual de Desempenho do Portfólio de Processos					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	20	40	60	80	100

PC-02 Implantar a gestão da qualidade.

Definir metodologia de trabalho, estabelecer infraestrutura e de pessoal especializado, promover a padronização dos processos periciais e administrativos e fomentar e disseminar a cultura da qualidade.

Indicador de resultado:

- IE-06: Percentual de implantação da área de gestão da qualidade

Fatores Críticos de Sucesso:

- Estabelecer Comissão Permanente Multidisciplinar de Gestão da Qualidade;
- Promover mapeamento, estabelecer e consolidar a padronização dos processos periciais e administrativos;
- Disseminar a cultura da qualidade;
- Implementar ciclos de auditorias;
- Promover capacitação especializada;
- Assegurar o comprometimento da alta gestão;
- Criar núcleos de qualidade nos Institutos e Diretoria do Interior;
- Buscar apoio especializado;
- Promover integração entre Ouvidoria e qualidade.

Meta:

Indicador: IE.06: Percentual de implantação da área de gestão da qualidade					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	20	40	60	80	100

PC-03 Modernizar os equipamentos e soluções de tecnologia forense.

Envidar esforços para a aquisição e manutenção de equipamentos e tecnologias para as diversas áreas de atuação forenses do DPT-BA, mantendo a instituição alinhada com avanços tecnológicos, práticas e padrões estabelecidos nacional e internacionalmente.

Indicador de resultado:

- IE-07: Número de modernizações nos laboratórios de criminalística e de medicina e odonto legal

Indicador de tendência:

- IE-08: Percentual de processos de aquisição instruídos e finalizados

Fatores Críticos de Sucesso:

- Buscar alternativas para manutenção dos equipamentos da área forense, por meio de consórcios com outras Polícias Científicas;
- Promover intercâmbio de conhecimento entre Instituições congêneres;
- Firmar contratos de manutenção;
- Priorizar recursos para manutenção e aquisição;
- Realizar tratativa com órgãos externos envolvidos com a regularização dos equipamentos adquiridos/recebidos;
- Dar conhecimento técnico aos órgãos envolvidos nos processos de manutenção e aquisição a exemplo de PGE, SAEB, SEFAZ, SEPLAN;
- Capacitar servidores das unidades demandantes para instrução de processos;
- Possuir sistema informatizado e automatizado para auxiliar a instrução processual.

Meta:

IE-07: Número de modernizações nos laboratórios de criminalística e de medicina e odonto legal					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	26	32	38	44	50

Indicador: IE.08: Percentual de processos de aquisição instruídos e finalizados					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	35	40	45	50	50

PC-04 Fortalecer a logística e a infraestrutura física.

Firmar e gerir contratos, bem como realizar as compras dos insumos e materiais necessários ao funcionamento das unidades de forma plena e contínua, assegurando o desempenho das atividades periciais.

Realizar construção, reforma e manutenção das estruturas físicas.

Indicadores de resultado:

- IE-09: Percentual de progresso do plano de implantação da logística
- IE-10: Percentual de realização de intervenção na infraestrutura física atendida

Fatores Críticos de Sucesso:

- Assegurar a implementação das medidas necessárias à realização das atividades;
- Dar conhecimento técnico aos órgãos envolvidos nos processos de manutenção e aquisição a exemplo de SSP, PGE, SEFAZ, SEPLAN, SAEB;
- Realizar a gestão do estoque e fortalecer o setor de compras para o planejamento dos insumos necessários para cada instituto;
- Aprimorar o processo de manutenção das unidades e dos equipamentos;
- Fortalecer o setor de contratos, principalmente no gerenciamento dos contratos de prestação de serviços terceirizados;
- Descentralizar a gestão de insumos e serviços para o interior;
- Renovação e ampliação da frota, acima de 8 anos de uso;
- Fazer levantamento e controle da situação da regularidade fundiária dos terrenos e das plantas das unidades a serem construídas e/ou reformadas;
- Construir, reformar e aparelhar as unidades, incluindo insumos para funcionamento.

Meta:

Indicador: IE-09: Percentual de progresso do plano de implantação da logística					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	20	40	60	80	100

Indicador: IE-10: Percentual de realização de intervenção na infraestrutura física atendida					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	80	82	84	86	88

PC-05 Fortalecer a comunicação institucional.

Fortalecer a identidade e a imagem institucional.

Ampliar e modernizar estratégias de comunicação com o público interno e externo.

Indicador de resultado:

- IE-11: Percentual de implantação do plano de comunicação institucional

Indicador de tendência:

- IE-12: Imagem Institucional na Imprensa

Fatores Críticos de Sucesso:

- Assegurar a implementação das medidas necessárias à realização das atividades;
- Assegurar a autonomia da Perícia Oficial para fortalecimento da imagem institucional;
- Promover a nova imagem institucional, em alinhamento ao padrão nacional;
- Estabelecer e normatizar padrões de identidade visual e regras para sua utilização;
- Fortalecer o relacionamento com a sociedade, através dos canais de comunicação com o público;
- Promover capacitação técnica específica em *media training* para profissionais da atividade fim (porta vozes);
- Trabalhar a comunicação interpessoal dos servidores;
- Fortalecer imagem institucional para o público interno, pautado nos valores institucionais.

Meta:

Indicador: IE-11: Percentual de implantação do plano de comunicação institucional					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	20	40	60	80	100

Indicador: IE-12: Imagem Institucional na Imprensa					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	70	75	80	85	90

PC-06 Ampliar e fortalecer a infraestrutura da tecnologia da informação e comunicação.

Firmar e gerir contratos e realizar aquisições, que assegurem o desempenho e a continuidade das atividades dependentes de tecnologias da informação e comunicação, garantindo atendimento às necessidades institucionais.

Indicador de resultado:

• IE-13: Percentual de execução do PATIC (Plano de Aquisições de Tecnologia da Informação e Comunicação)

Indicador de tendência:

• IE-14: Percentual de equipamentos e sistemas essenciais com contrato de manutenção vigente

Fatores Críticos de Sucesso:

- Assegurar a implementação das medidas necessárias à realização das atividades;
- Capacitação e suporte aos usuários envolvidos;
- Dispor de infraestrutura (ativos de rede, equipamentos e softwares) adequada;
- Fortalecer normas de segurança da informação da SSP;
- Possuir recursos financeiros adequados à execução das atividades;
- Promover a descentralização das atividades para interior do Estado;
- Integrar bancos e bases de dados para a atividade pericial;
- Estender o alcance de TIC a todas as unidades do departamento;
- Integração entre as forças policiais com a coordenação da SGTO/SSP;
- Contratação de especialista para reestruturação da área de TIC.

Meta:

Indicador: IE-13: Percentual de execução do PATIC (Plano de Aquisições de Tecnologia da Informação e Comunicação)					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	38	60	80	90	100

Indicador: IE-14: Percentual de equipamentos e sistemas essenciais com contrato de manutenção vigente					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	38	60	80	90	100

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Perspectiva: Pessoas e Crescimento

Gestão de Pessoas

PC-07 Garantir o desenvolvimento e a valorização profissional.

Promover e assegurar a formação e a capacitação continuada dos servidores, tanto na área fim como na área meio.

Estabelecer ações contínuas que gerem valorização para o servidor.

Indicadores de resultado:

- IE-15: Percentual de cumprimento do PAC (Plano Anual de Capacitação)
- IE-16: Índice de satisfação institucional

Fatores Críticos de Sucesso:

- Estrutura física e tecnológica para as ações de formação, capacitação e valorização;
- Disponer de efetivo com formações específicas e em quantidade suficiente para o desempenho das atividades;
- Priorizar as ações voltadas ao bem-estar biopsicossocial dos servidores;
- Implantar o programa de gestão do conhecimento;
- Implantar mecanismo de avaliação de competências;
- Garantir o alinhamento estratégico das ações de desenvolvimento;
- Instituir o plano de desenvolvimento das carreiras;
- Promover a descentralização das atividades para interior do Estado;
- Implementar protocolos com foco na segurança do trabalhador;
- Assegurar a aprovação da lei orgânica (para progressão de carreiras e inclusão da CASVS).

Meta:

Indicador: IE-15: Percentual de cumprimento do PAC (Plano Anual de Capacitação)					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	35	45	55	65	75

Indicador: IE-16: Índice de satisfação institucional					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	0,50	0,55	0,60	0,65	0,70

PC-08 Aprimorar a prevenção, o controle e a repressão aos desvios de conduta e atos ilícitos.

Garantir a integridade, eficiência e transparência dos serviços prestados por meio da implementação contínua de ações preventivas, conciliatórias e correccionais, fortalecendo a cultura de ética e legalidade institucionais.

Ampliar a capilaridade das atividades fiscalizadoras.

Indicadores de resultado:

- IE-17: Percentual de inconformidades nas inspeções
- IE-18: Índice de processos apuratórios concluídos dentro do prazo legal

Fatores Críticos de Sucesso:

- Assegurar a implementação das medidas necessárias à realização das ações correccionais;
- Adequar e equipar as salas para atuação das comissões;
- Possuir sistema próprio de controle das atividades correccionais;
- Ampliar os núcleos correccionais no interior;
- Assegurar o cumprimento dos prazos legais estabelecidos;
- Assegurar as medidas necessárias para a realização das ações correccionais;
- Ampliar as ações de caráter educativo e preventivo;
- Fortalecer a integração entre corregedoria e ouvidoria;
- Promover a celeridade na atuação da defesa dativa.

Meta:

Indicador: IE-17: Percentual de inconformidades nas inspeções					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	20	20	20	20	20

Indicador: IE-18: Índice de processos apuratórios concluídos dentro do prazo legal					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Perspectiva: Processos Internos

Eficiência Operacional

PI-01 Assegurar qualidade e celeridade na produção da prova pericial.

Estabelecer mecanismos que garantam o atendimento aos padrões de qualidade e ao tempo hábil para emissão dos laudos periciais.

Indicadores de resultado:

- IE-19: Tempo médio de conclusão dos exames periciais
- IE-20: Índice de atendimento às solicitações de exames periciais

Indicador de tendência:

- IE-21: Número de solicitações de quesitações complementares dos laudos

Fatores Críticos de Sucesso:

- Assegurar a implementação das medidas necessárias à realização das atividades periciais;
- Utilizar ferramentas de gestão da qualidade;
- Fortalecer políticas de valorização para o servidor;
- Sensibilizar os servidores para o uso de novas metodologias;
- Garantir o suprimento contínuo de insumos;
- Ampliar e fortalecer a coordenação de controle de qualidade dos laudos para todos os Institutos e Diretoria do Interior;
- Garantir as condições de segurança do trabalho;
- Fortalecer comunicação e integração eficazes entre setores e Institutos e Diretoria do Interior;
- Implementar o Instituto Central de Custódia de Vestígios e implantar as centrais nas Macrorregionais.

Meta:

Indicador: IE-19: Tempo médio de conclusão dos exames periciais					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	25	20	16	13	10

Indicador: IE-20: Índice de atendimento às solicitações de exames periciais					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	1	1	1	1	1

Indicador: IE-21: Número de solicitações de quesitações complementares dos laudos					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	-	A implantar	A implantar	A implantar	A implantar

PI-02 Garantir o amplo acesso à Carteira de Identidade Nacional.

Desenvolver ações para oferta de atendimento para emissão da CIN, de modo a possibilitar que toda a população baiana possa obter a primeira via do documento.

Indicador de resultado:

- IE-22: Percentual da população com a nova CIN

Indicador de tendência:

- IE-23: Número de novos guichês de identificação civil implantados

Fatores Críticos de Sucesso:

- Assegurar a implementação das medidas necessárias à realização das atividades;
- Ampliar o acesso aos beneficiários do CADÚnico, por meio da criação de novos pontos de atendimento e de estabelecimento de parcerias com instituições vinculadas à temática a exemplo de prefeitura bairro, posto de saúde, CRAS, dentre outros.
- Ampliar e renovar contratos (*software e hardware*), garantindo maior capacidade de atendimento e continuidade dos serviços;
- Intensificar e formalizar parcerias com entes públicos e privados para viabilizar a implantação de novos pontos de atendimento;
- Ampliar ações e mutirões para emissão da CIN;
- Possuir unidade móvel própria, com tecnologia embarcada, para realização das ações e mutirões.

Meta:

Indicador: IE-22: Percentual da população com a nova CIN					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	35,53%	61,55%	75,53%	95,55%	100%

Indicador: IE-23: Número de novos guichês de identificação civil implantados					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	50	04	04	04	04

PI-03 Fortalecer a interiorização da perícia.

Aprimorar o atendimento pericial nas Macrorregionais, visando à redução do tempo de atendimento das requisições periciais, por meio de reforma e construção das estruturas físicas, aquisições e contratação de serviços de apoio, bem como qualificação profissional.

Indicador de resultado:

- IE-24: Número de solicitações de perícia encaminhadas à sede

Indicadores de tendência:

- IE-25: Número de unidades periciais implantadas
- IE-26: Número de novos serviços ofertados nas CRPTs

Fatores Críticos de Sucesso:

- Efetivo em número suficiente nas Macrorregionais e Coordenadorias Regionais;
- Construção/reforma e manutenção da infraestrutura da rede física (redes elétrica, hidráulica e lógica adequadas);
- Ampliação e conservação do parque tecnológico forense;
- Ampliação e conservação dos equipamentos de TIC;
- Integração de sistemas de laudos e perícias;
- Contratação de serviços de apoio, especializado multidisciplinar e de manutenção;
- Ampliação do número de CRPTs (unidades periciais);
- Garantir servidores para atividade de apoio administrativo;
- Ampliar o acesso às ações de capacitação e valorização;
- Criar condições para que as Macrorregionais sejam unidades descentralizadas de gestão de insumos e serviços.

Meta:

Indicador: IE-24: Número de solicitações de perícia encaminhadas à sede					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	578	520	468	422	379

Indicador: IE-25: Número de unidades periciais implantadas					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	01	01	01	01	01

Indicador: IE-26: Número de novos serviços ofertados nas CRPTs					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	12	12	12	12	12

PI-04 Fortalecer a atividade de Inteligência para a produção de conhecimento.

Fortalecer a gestão na tomada de decisões, por meio do uso estratégico do conhecimento produzido pela Inteligência.

Fortalecer a Inteligência para a produção de conhecimento e difusão de informações em rede, promovendo maior eficiência nas ações operacionais e na prevenção e repressão às atividades criminosas.

Indicador de resultado:

- IE-27: Número de relatórios de Inteligência emitidos

Indicador de tendência:

- IE-28: Número de núcleos regionais implantados

Fatores Críticos de Sucesso:

- Assegurar a implementação das medidas necessárias à realização das atividades;
- Capacitar os servidores do NCInt na área temática de inteligência;
- Disseminar a cultura de policiamento orientado pela Inteligência;
- Fortalecer a integração com agências de inteligência das outras instituições;
- Interiorizar a Inteligência com a implantação de núcleos regionais;
- Ampliar as operações de inteligência.

Meta:

Indicador: IE-27: Número de relatórios de Inteligência emitidos					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	100	110	121	133	146

Indicador: IE-28: Número de núcleos regionais implantados					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	01	01	01	02	02

PI-05 Produzir conhecimento científico.

Fomentar a produção dos conhecimentos científicos atualizados às novas demandas da atividade pericial e de identificação civil e criminal, por meio das pesquisas científicas.

Indicador de resultado:

- IE-29: Número de conhecimentos críticos produzidos no DPT-BA

Indicador de tendência:

- IE-30: Número de projetos de pesquisas científicas em andamento no DPT-BA

Fatores Críticos de Sucesso:

- Assegurar a implementação das medidas necessárias à realização das atividades;
- Possuir efetivo em quantidade suficiente para a atividade pericial;
- Falta de incentivo à pesquisa científica;
- Ausência de mecanismos de reconhecimento dos pesquisadores;
- Ausência do programa de gestão do conhecimento;
- Implantação do comitê de ética;
- Resgatar as publicações da revista;
- Disseminar a importância da gestão do conhecimento na instituição;
- Aumentar as parcerias com as universidades voltadas à pesquisa;
- Acesso a recursos financeiros para financiar pesquisas;
- Manter o programa de educação continuada;
- Criação da academia de Polícia Científica.

Meta:

Indicador: IE-29: Número de conhecimentos críticos produzidos no DPT-BA					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	02	04	08	16	32

Indicador: IE-30: Número de projetos de pesquisas científicas em andamento no DPT-BA					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	06	08	10	12	14

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Perspectiva: Processos Internos

Inovação

PI-06 Maximizar as ações de melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Expandir e aprimorar o atendimento à sociedade por meio da inovação e da adoção de novas ferramentas, elevando a qualidade dos serviços prestados.

Indicador de resultado:

- IE-31: Percentual de satisfação dos usuários dos serviços do DPT-BA

Indicador de tendência:

- IE-32: Tempo resposta para atendimento às solicitações emergenciais

Fatores Críticos de Sucesso:

- Melhorar o acesso à informação sobre o andamento dos laudos para o cidadão;
- Tornar o sistema da ouvidoria mais acessível;
- Incentivar o atendimento humanizado, principalmente aqueles em que há o contato direto com a sociedade;
- Capacitar os servidores para atendimento inclusivo ao cidadão;
- Melhorar a acessibilidade nas unidades;
- Melhorar a interlocução interinstitucional;
- Aprimorar a integração sistêmica de gestão de laudos;
- Manter o parque tecnológico atualizado;
- Expandir a taxa de cobertura de atendimento em todo território baiano, sobretudo por meio da implantação de novos serviços;
- Elevar a satisfação dos usuários dos serviços do DPT-BA;
- Reduzir o tempo para atendimento às solicitações emergenciais.

Meta:

Indicador: IE-31: Percentual de satisfação dos usuários dos serviços do DPT-BA					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	78	80	83	85	90

Indicador: IE-32: Tempo resposta para atendimento às solicitações emergenciais					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	A implantar	A implantar	A implantar	A implantar	A implantar

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Perspectiva: Resultados Beneficiários e Usuários

RE-01 Fortalecer a confiança, a credibilidade e a imagem institucional.

Desenvolver promoção e proteção da imagem institucional.

Indicador de resultado:

- IE-33: Pesquisa de percepção institucional

Indicador de tendência:

- IE-34: Índice de manifestações recebidas pela Ouvidoria

Fatores Críticos de Sucesso:

- Necessidade de regulamentação e padronização da comunicação visual;
- Maior estruturação da ASCOM;
- Maior divulgação dos resultados das metas atingidas e da produção do departamento;
- Criar estratégias de educação continuada à sociedade em relação à preservação do local de crime e outras temáticas pertinentes;
- Trabalhar estratégias de divulgação da imagem institucional no serviço de emissão da identidade;
- Necessidade de contratação de empresa especializada para elaboração da marca;
- Pesquisa diagnóstico sobre a imagem institucional;
- Intensificar a divulgação das mídias espontâneas;
- Contratar empresa de publicidade através da SECOM;
- Incentivar o encaminhamento de pautas para divulgação por parte dos servidores.

Meta:

Indicador: IE-33: Pesquisa de percepção institucional					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	A implantar	A implantar	A implantar	A implantar	A implantar

Indicador: IE-34: Índice de manifestações recebidas pela Ouvidoria					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	0,78	0,80	0,83	0,85	0,90

RE-02 Promover a justiça e a cidadania por meio da prova pericial e da identificação civil.

Atingir eficiência e eficácia na prestação dos serviços, sobretudo por meio da emissão de laudos periciais e da identificação civil, para a promoção da justiça e da cidadania.

Indicadores de resultado:

- IE-35: População atendida por serviços de identificação
- IE-36: Percentual de laudos emitidos concluídos

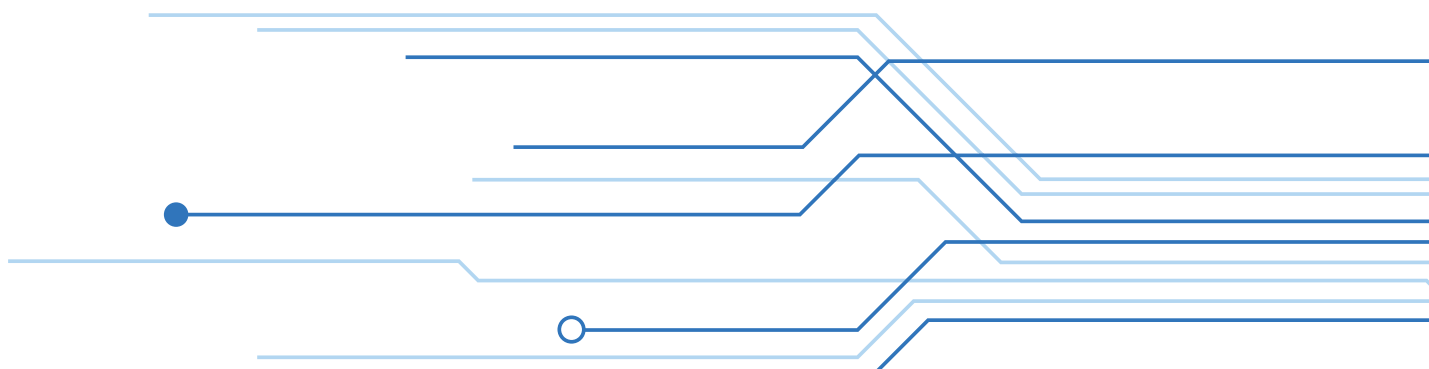
Fatores Críticos de Sucesso:

- Ampliar o atendimento da CIN, inclusive com plataforma digital;
- Garantir a eficiência da cadeia de custódia;
- Reconhecimento da perícia oficial como um corpo técnico de excelência pela sociedade;
- Integração com o sistema de justiça;
- Garantir celeridade e qualidade no atendimento aos laudos periciais e a CIN;
- Implantar a gestão da qualidade;
- Desenvolver uma cultura organizacional voltada à ética e responsabilidade pericial;
- Adequado dimensionamento do quadro de pessoal;
- Garantir a aprovação da lei orgânica da Polícia Científica da Bahia;
- Garantir a participação integrada em operações e ações do Sistema Estadual de Segurança Pública (SESP).

Meta:

Indicador: IE-35: População atendida por serviços de identificação					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	1.000.000

Indicador: IE-36: Percentual de laudos emitidos concluídos					
Distribuição anual	2026	2027	2028	2029	2030
	85	82	80	78	76



4.2.8 Portfólio de projetos e processos

Com as Metas Estratégicas definidas, torna-se necessário estabelecer os meios pelos quais elas serão efetivamente alcançadas. Nesse contexto, o planejamento deixa o campo conceitual e avança para uma dimensão mais prática, na qual são pensadas as iniciativas capazes de impulsionar os resultados pretendidos. Nesta transição se estruturam os projetos e processos estratégicos, concebidos para promover as mudanças necessárias e sustentar a evolução dos indicadores ao longo do tempo estabelecido no planejamento.

Os projetos estratégicos representam esforços organizados, com início, meio e fim definidos, voltados à implementação de melhorias, inovações ou transformações relevantes para o alcance das metas estabelecidas. Já os processos estratégicos correspondem às rotinas institucionais que, quando bem estruturadas e continuamente aperfeiçoadas, garantem a manutenção e a estabilidade dos resultados alcançados. A atuação conjunta desses dois elementos é fundamental para o sucesso da estratégia.

O portfólio apresentado a seguir reúne o conjunto de projetos e processos priorizados pela organização, diretamente vinculados aos seus Objetivos Estratégicos. Sua estruturação permite uma visão integrada das iniciativas, favorecendo o monitoramento, a alocação adequada de recursos e a tomada de decisão. Ao organizar essas ações de maneira sistêmica, o DPT-BA fortalece sua capacidade de execução estratégica e amplia as condições para o alcance sustentável de sua Visão institucional.

PROJETO/INICIATIVA	PROCESSOS	OE
Melhoria da rede física - capital	Planejar a aquisição de equipamentos	RE-01: Fortalecer a confiança, a credibilidade e a imagem institucional; RE-02: Promover a justiça e a cidadania por meio da prova pericial e da identificação civil
Melhoria da rede física - interior	Ampliação/criação e estruturação da rede física	PI-03: Fortalecer a interiorização da Perícia
Implantação do sistema GCRIM	Implantação do sistema GCRIM	PI-06: Maximizar as ações de melhoria dos serviços prestados à sociedade
Implantação do Núcleo de Psicologia forense	Sem processo associado	RE-02: Promover a justiça e a cidadania por meio da prova pericial e da identificação civil
Projeto Integração de Inteligência no DPT – PIISP	Padronização de operações de inteligência	PI-04: Fortalecer a atividade de inteligência para a produção de conhecimento
CIN em todo lugar	Ampliar o processo de expansão da CIN com melhoria da estrutura requerida e emissão da CIN para 100% do público interno	PI-02: Garantir o amplo acesso à Carteira de Identidade Nacional
Programa de atenção à saúde, desenvolvimento e a valorização profissional dos peritos e demais servidores	Processo de ampliação e expansão da CASVS (ações/programas descentralizados)	PC-07: Garantir o desenvolvimento e a valorização profissional



Interiorização da perícia	Padronização da aquisição de insumos	PI-03: Fortalecer a interiorização da Perícia
Fortalecimento do setor de compras (incluir no escopo a necessidade de firmar contratos de manutenção)	Padronização de aquisição de insumos e investimentos	PC-04: Fortalecer a logística e a infraestrutura física
Gestão Itinerante	Implantar a metodologia de gestão de projeto	PC-01: Aprimorar a gestão organizacional
Implantar as centrais de custódia de vestígios no Departamento de Polícia Técnica	Implantação da cadeia de custódia em 100%	PI-01: Assegurar qualidade e celeridade na produção da prova pericial
Programa Modernização da TI	Ampliação da NTI com descentralização para o interior	PC-06: Ampliar e fortalecer a infraestrutura da tecnologia da informação e comunicação
	Implantação de software gerenciais	PC-01: Aprimorar a gestão organizacional
Programa Melhoria da Comunicação	Aperfeiçoamento da comunicação intra/interinstitucional	RE-01: Fortalecer a confiança, a credibilidade e a imagem institucional
Implantar Gestão de risco para áreas do DPT	Elaboração código de conduta - corregedoria	PC-08: Aprimorar a prevenção, o controle e a repressão aos desvios de conduta e atos ilícitos
DPT nas escolas	Sem processo associado	PC-05: Fortalecer a comunicação institucional
Implantação do setor de logística	Aquisição de serviços críticos/terceirizados (manutenção, limpeza, segurança patrimonial, coleta de resíduo, dedetização)	PI-03: Fortalecer a interiorização da Perícia
Fortalecimento da Corregedoria da Polícia Técnica do Estado da Bahia	Implementação das ações correcionais	PC-08: Aprimorar a prevenção, o controle e a repressão aos desvios de conduta e atos ilícitos
Programa de modernização do Laboratório Forense	Contratação para manutenção de equipamentos forenses	PC-03: Modernizar os equipamentos e soluções de tecnologia forense
Modernização da Ouvidoria	Ampliação da ouvidoria, publicidade	PI-06: Maximizar as ações de melhoria dos serviços prestados à sociedade
Implementação da gestão inteligente com dados e métricas	Sem processo associado	PC-06: Ampliar e fortalecer a infraestrutura da tecnologia da informação e comunicação
Implantação do Instituto Médico Veterinário	Sem processo associado	PI-06: Maximizar as ações de melhoria dos serviços prestados à sociedade
Implantação da gestão do conhecimento	Produção de pesquisas científica	PI-05: Produzir conhecimento científico
Criação de comissão para elaboração do Portfólio de Emendas Parlamentares	Captação de Emendas Parlamentares	OF-01: Aprimorar a captação e gestão de recursos para investimento e custeio assegurando a qualidade do gasto público
Implantar a gestão da qualidade	Implantar Gestão da Qualidade	PC-02: Implantar a gestão da qualidade
Ampliação do efetivo	Contínuo incremento do efetivo com a realização de concursos	PI-03: Fortalecer a interiorização da Perícia

4.3 Gestão do Plano Estratégico

A gestão deste Plano Estratégico 2026–2030 será realizada pelo Escritório de Projetos, Processos e Monitoramento da Estratégia - EPPE, unidade responsável por fornecer suporte técnico, metodológico e estratégico no âmbito da instituição, mediante atuação voltada à estruturação, orientação e monitoramento da carteira de projetos, à padronização e melhoria contínua dos processos organizacionais, ao acompanhamento das sistemáticas relacionadas à execução, monitoramento e controle do plano estratégico institucional, bem como à condução das aquisições por fundos e repasses vinculadas às iniciativas estratégicas da instituição.

Este Plano Estratégico será conduzido de forma integrada, contínua e orientada para resultados, mediante mecanismos de governança, acompanhamento e avaliação voltados à efetiva implementação das iniciativas estratégicas previstas para o período de 2026 a 2030. Para tanto, compreenderá a elaboração dos planos tático-operacionais, a gestão das carteiras de projetos e processos, a gestão dos indicadores, a gestão de riscos, a consolidação do banco de lições aprendidas e a realização de atividades sistemáticas de monitoramento e controle, promovendo alinhamento entre planejamento, execução e avaliação institucional.



4.3.1 Planos Tático-Operacionais

A elaboração dos planos tático-operacionais ocorrerá a partir do desdobramento dos objetivos, projetos, processos e indicadores definidos no Planejamento Estratégico 2026–2030, observando as competências institucionais e a atuação das unidades organizacionais envolvidas na execução das iniciativas estratégicas. Esses planos serão estruturados de forma integrada, contemplando ações, responsáveis, prazos, entregas, recursos necessários e mecanismos de acompanhamento das atividades previstas, com suporte técnico e metodológico do EPPE – Escritório de Projetos, Processos e Monitoramento da Estratégia, através de seu Núcleo de Monitoramento da Estratégia.

Os planos tático-operacionais poderão ser revisados e atualizados ao longo da vigência deste Plano Estratégico, considerando os resultados obtidos, as necessidades institucionais identificadas, as deliberações da governança estratégica e eventuais mudanças de contexto interno ou externo que impactem a execução das iniciativas planejadas.



4.3.2 Gestão dos Projetos e Processos Estratégicos

A gestão integrada dos projetos e processos estratégicos no DPT-BA constitui um eixo estruturante para a execução da estratégia institucional, promovendo alinhamento entre prioridades, resultados e geração de valor para as unidades finalísticas e áreas de suporte. No âmbito do EPPE, essa atuação fortalece a capacidade institucional de transformar diretrizes estratégicas em entregas relevantes, com foco em desempenho, integração e efetividade, além de contribuir para a evolução da maturidade na gestão organizacional.

No DPT-BA, através de seu Escritório de Projetos, Processos e Monitoramento da Estratégia - EPPE, essa sistemática contribui para transformar diretrizes estratégicas em entregas institucionais relevantes, mediante suporte técnico e metodológico voltado ao planejamento, acompanhamento, monitoramento e aperfeiçoamento contínuo dos projetos e processos organizacionais. Além disso, fortalece a governança institucional e impulsiona a evolução da maturidade em gestão, com foco em integração, desempenho, efetividade e melhoria contínua das práticas organizacionais.

A gestão de projetos é conduzida pelo EPPE através do Núcleo de Gestão de Projetos - NGProj, cuja metodologia e boas práticas são baseadas no Guia PMBOK (*Project Management Body of Knowledge*) — guia referencial do PMI (*Project Management Institute*), que orienta a governança, a priorização, o acompanhamento e a integração das iniciativas estratégicas do DPT-BA, conferindo maior consistência, alinhamento e direcionamento à execução da estratégia institucional. Nesse contexto, a metodologia híbrida adotada pelo EPPE fortalece a atuação gerencial ao conciliar rigor técnico, visão estratégica e adequação às especificidades institucionais, contribuindo para o aprimoramento da maturidade organizacional, da capacidade de resposta e da entrega de resultados alinhados aos objetivos estratégicos do DPT-BA.

técnico, visão estratégica e adequação às especificidades institucionais, contribuindo para o aprimoramento da maturidade organizacional, da capacidade de resposta e da entrega de resultados alinhados aos objetivos estratégicos do DPT-BA.

A gestão de processos é conduzida pelo EPPE através do Núcleo de Gestão de Processos - NGProc, que adota como referência o BPM CBOK, referencial internacional em gestão por processos desenvolvido pela ABPMP (*Association of Business Process Management Professionals*). Essa base orienta o fortalecimento da visão sistêmica, da padronização, da integração, das boas práticas e da melhoria contínua dos processos institucionais do DPT-BA, contribuindo para a eficiência organizacional, a racionalização administrativa, a qualidade dos serviços prestados e o alinhamento das rotinas às diretrizes estratégicas da instituição.

4.3.3 Gestão dos Indicadores

Os indicadores estratégicos serão geridos pelo EPPE, por meio de seu Núcleo de Monitoramento da Estratégia - NME, responsável também pela consolidação das informações gerenciais e pelo apoio ao monitoramento do desempenho institucional no âmbito do Plano Estratégico 2026–2030.

A sistemática de gestão dos indicadores compreenderá coleta, consolidação, análise e atualização periódica das informações relacionadas aos indicadores e metas estabelecidas, possibilitando a identificação de desvios, oportunidades de melhoria e necessidades de adequação das ações estratégicas, subsidiando o processo de tomada de decisão e o acompanhamento da efetividade das iniciativas institucionais.



4.3.4 Gestão de Riscos

A gestão de riscos integra o Plano Estratégico 2026–2030 como um diferencial da governança institucional, com o propósito de identificar, analisar e tratar os eventos incertos que possam comprometer a execução do plano ou o alcance dos objetivos nele estabelecidos. Fundamentada nas boas práticas do Guia PMBOK, a abordagem adotada está orientada por uma lógica proativa e sistemática, que possibilita ao DPT-BA identificar, avaliar e tratar potenciais ameaças capazes de impactar a execução do PEO, bem como reconhecer e potencializar oportunidades. Dessa forma, substitui-se uma atuação meramente reativa por uma gestão mais robusta, consciente e preparada para enfrentar os desafios e incertezas do período de 2026–2030.

O processo de gestão de riscos está estruturado em duas grandes etapas e será conduzido de forma contínua e integrada ao processo de monitoramento do Plano Estratégico 2026-2030, com suporte técnico e metodológico do EPPE.

A primeira etapa da gestão de riscos do PEO ocorreu durante o processo do planejamento estratégico e consistiu em oficinas voltadas para planejamento, identificação e análise qualitativa dos riscos, resultando na elaboração da Matriz de Riscos Institucionais do PEO 2026–2030.

A segunda etapa ocorrerá de forma integrada e concomitante ao processo de elaboração dos planos tático-operacionais, favorecendo o alinhamento e ao monitoramento contínuo das ações relacionadas aos riscos institucionais ao longo da vigência do Plano Estratégico. Essa etapa terá como ponto de partida a referida Matriz de Riscos e contemplará o respectivo planejamento das respostas aos riscos, implementação do plano de resposta, monitoramento e controle das ações definidas, em conformidade com as práticas de gestão e governança institucional.



4.3.5 Possíveis fontes de financiamento do PEO:

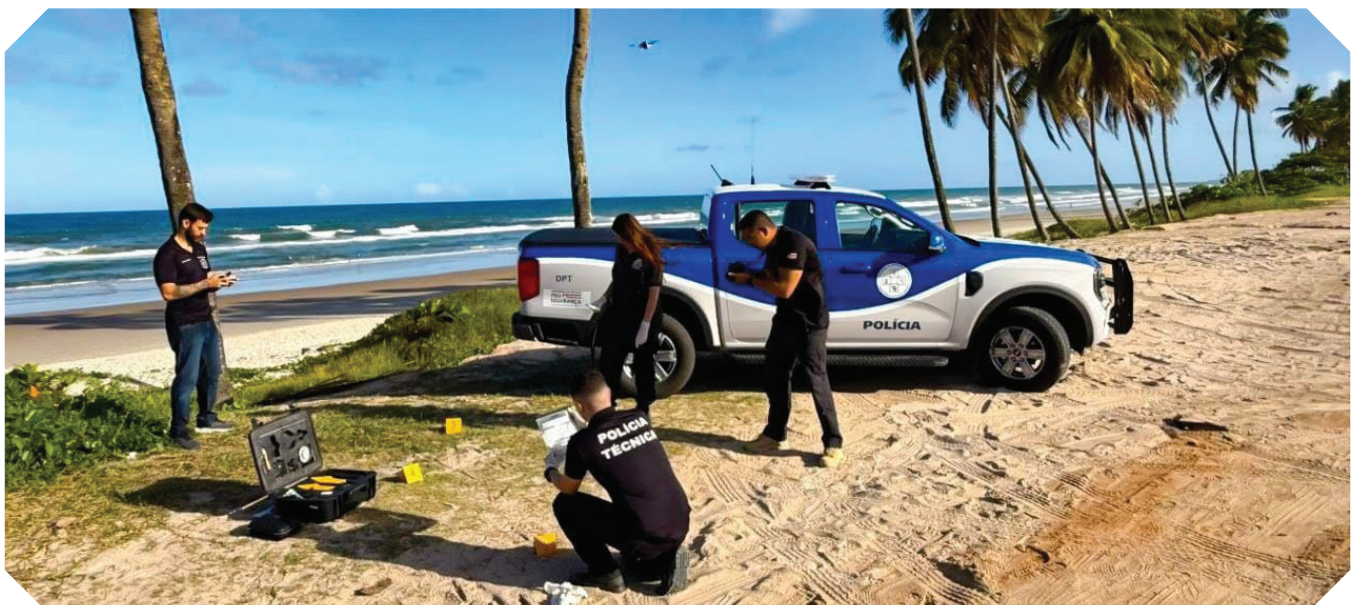
A execução do Plano Estratégico do Departamento de Polícia Técnica poderá ser viabilizada por meio da diversificação das fontes de financiamento, buscando assegurar sustentabilidade financeira, ampliação da capacidade de investimento e fortalecimento institucional. Dentre as principais fontes, destacam-se:

- Recursos do Tesouro Estadual;
- Fundo Especial de Aperfeiçoamento dos Serviços Policiais – FEASPOL;
- Fundo Especial de Segurança Pública – FESP;
- Linhas de crédito e financiamentos institucionais;
- Convênios e transferências voluntárias do Governo Federal;
- Emendas parlamentares estaduais e federais;
- Parcerias e cooperações técnicas interinstitucionais;
- Captação de recursos junto a organismos nacionais e internacionais;
- Recuperação de ativos.

4.3.6 Banco de Lições Aprendidas

O Banco de Lições Aprendidas do PEO será utilizado como instrumento de registro, consolidação e disseminação de conhecimentos, experiências, dificuldades identificadas, soluções adotadas e boas práticas observadas durante o processo de planejamento e execução do PEO.

Os registros realizados subsidiarão o aperfeiçoamento contínuo das práticas de gestão institucional, permitindo maior disseminação do conhecimento organizacional, apoio à tomada de decisão e fortalecimento da capacidade institucional de adaptação, melhoria e inovação ao longo da execução das iniciativas estratégicas, no período de 2026-2030.



4.3.7 Monitoramento e Controle

O monitoramento e controle do Plano Estratégico 2026–2030 serão realizados de forma contínua e sistemática, mediante acompanhamento da execução das iniciativas estratégicas, dos projetos, processos, indicadores, riscos e planos tático-operacionais vinculados ao PEO, com suporte técnico e metodológico do EPPE, por meio de seu Núcleo de Monitoramento da Estratégia.

Essa sistemática compreenderá a realização de reuniões de acompanhamento junto às áreas do DPT-BA, consolidação de informações gerenciais, elaboração de relatórios de monitoramento e análise periódica dos resultados alcançados, possibilitando a identificação de desvios, necessidades de adequação e oportunidades de melhoria, com vistas ao fortalecimento da governança estratégica e ao alcance dos objetivos institucionais estabelecidos.

No âmbito da governança do PEO, será instituído pelo DPT-BA o Comitê de Gestão Estratégica (CGE), formalizado por meio de Portaria da Diretoria Geral, com a finalidade de atuar como instância superior de avaliação, validação e deliberação acerca da execução do PEO 2026–2030.

O processo de monitoramento e controle do PEO contemplará, ainda, dois importantes ciclos institucionais de avaliação e validação:

Mensal: apresentação de relatórios de monitoramento e controle ao Comitê de Gestão Estratégica (CGE);

Anual: revisão do Plano Estratégico Organizacional (PEO), considerando a análise dos resultados alcançados, as mudanças e possíveis correções de rumo, assim como as necessidades de adequação estratégica.



5 Abreviaturas e siglas

ABIS - Automated Biometric Identification System

AISP - Área Integrada de Segurança Pública

ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia

ASCOM - Assessoria de Imprensa

ASTECH - Assessoria Técnica

BSC - Balanced Scorecard

CADM - Coordenação Administrativa

CAF - Coordenação Administrativa e Financeira

CASVS - Coordenação de Atenção à Saúde e Valorização do Servidor

CEIRF - Coordenação de Infraestrutura e Rede Física

CEP - Coordenação de Ensino e Pesquisa

CG - Chefia de Gabinete

CGP - Coordenação de Gestão de Pessoas

CICOM - Centro Integrado de Comunicação

CIN - Carteira de Identidade Nacional

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CPF - Cadastro de Pessoa Física

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CRPT - Coordenadoria Regional de Polícia Técnica

CVLI - Crimes Violentos Letais Intencionais

DG - Diretoria Geral

DGA - Diretoria Geral Adjunta

DI - Diretoria do Interior

DPT-BA - Departamento de Polícia Técnica da Bahia

EPI - Equipamentos de Proteção Individual

EPPE - Escritório de Projetos, Processos e Monitoramento da Estratégia

FCS - Fatores Críticos de Sucesso

FEASPOL - Fundo Especial de Aperfeiçoamento dos Serviços Policiais

FESP - Fundo Estadual de Segurança Pública

FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças

GCRIM - Gestão de Criminalística, Identificação Humana e Medicina Legal

GLPI - Gestionnaire Libre de Parc Informatique

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICAP - Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto

ICCV - Instituto Central de Custódia de Vestígios

ICE - Exercícios Colaborativos Internacionais

IIPM - Instituto de Identificação Pedro Mello

IMLNR - Instituto Médico Legal Nina Rodrigues

IMPO - Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo

IN - Inovação

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

LCPT - Laboratório Central de Polícia Técnica

MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública

NARF - Núcleo de Aquisições por Repasses e Fundos

NCINT - Núcleo Central de Inteligência

NIMBA - Núcleo de Identificação Multibiométrica da Bahia

NME - Núcleo de Monitoramento da Estratégia

NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação

OE - Objetivo Estratégico

OF - Orçamento e Finanças

PA - Postos Avançados

PAC - Plano Anual de Capacitação



PATIC - Plano de Aquisições de Tecnologia da Informação e Comunicação

PC – Perito Criminal

PC - Pessoas e Crescimento

PDI - Plano de Desenvolvimento Integrado

PESPDS - Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

PGE - Procuradoria Geral do Estado

PGP - Plano de Governo Participativo

PI - Processos Internos

PLANESP - Plano Estratégico do Sistema Estadual da Segurança Pública

PML – Perito Médico Legal

PNSPDS - Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social

POL – Perito Odontomédico Legal

PPA - Plano Plurianual

PT – Perito Técnico

RE - Resultados

RG - Registro Geral

RIBPG - Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos

RISP - Regiões Integradas de Segurança Pública

SAEB - Secretaria da Administração

SECOM - Secretaria de Comunicação

SEFAZ - Secretaria da Fazenda

SEPLAN - Secretaria do Planejamento

SESP - Sistema Estadual de Segurança Pública

SGTO - Superintendência de Gestão Tecnológica e Organizacional

SSP - Secretaria da Segurança Pública

SUDEC - Superintendência de Proteção e Defesa Civil

TCE - Tribunal de Contas do Estado

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

UNODC - Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime

6 Referências

BAHIA. Lei Estadual nº 633, de 29 de dezembro de 1905. Reorganiza os serviços da administração pública do Estado da Bahia. Salvador, 1905.

BAHIA. Decreto nº 10.521, de 31 de dezembro de 1937. Salvador, BA.

BAHIA. Decreto nº 10.521, de 31 de dezembro de 1937. Reorganiza os serviços da Secretaria da Segurança Pública. Salvador, BA: Imprensa Oficial, 1937.

BAHIA. Lei nº 3.118, de 1973. Cria o Departamento de Polícia Técnica na Secretaria da Segurança Pública e dá outras providências. Salvador, BA: Diário Oficial do Estado da Bahia, 1973.

BAHIA. Lei nº 9.289, de 20 de dezembro de 2004. Altera a finalidade, estrutura organizacional e de cargos em comissão do Departamento de Polícia Técnica. Salvador, BA: Diário Oficial do Estado da Bahia, 2004.

BAHIA. Decreto nº 10.186, de 20 de dezembro de 2006. Aprova o Regimento da Secretaria da Segurança Pública. Salvador, BA: Diário Oficial do Estado da Bahia, 2006.

BAHIA. Lei nº 11.370, de 4 de fevereiro de 2009. Organiza a Polícia Civil do Estado da Bahia, define sua competência, estrutura organizacional, institui o regime jurídico dos seus integrantes, e dá outras providências. Salvador, BA: Diário Oficial do Estado da Bahia, 2009.

BAHIA. Secretaria da Segurança Pública. Departamento de Polícia Técnica. Portaria nº 0553/2018/DPT. Salvador: SSP/BA, 2018.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. PDI Bahia 2050: Plano de Desenvolvimento Integrado. Salvador: SEPLAN, [s.d.].

BAHIA. Governo do Estado. PGP 2022: Plano de Governo Participativo. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2022.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. PPA Participativo 2024–2027: Plano Plurianual Participativo. Salvador: SEPLAN, 2023.

BAHIA. Secretaria de Políticas para as Mulheres. PEEVCM 2023–2032: Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Salvador: SPM, 2023.



BAHIA. Secretaria da Segurança Pública. Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social da Bahia (PESPDS) 2024–2033. Salvador: SSP/SEPLAN, 2023.

BAHIA. Secretaria da Segurança Pública. PLANESP 2016–2025: Plano Estratégico do Sistema Estadual da Segurança Pública. Salvador: SSP/BA, 2016.

BAHIA. Secretaria da Segurança Pública. Departamento de Polícia Técnica. Planejamento Estratégico 2019–2025. 1. ed. Salvador: Departamento de Polícia Técnica, [s.d.]. Dados eletrônicos.

BARBOSA, E. R.; BRONDANI, G. Planejamento estratégico organizacional. Revista Eletrônica de Contabilidade, Santa Maria, v. 1, n. 2, p. 123–134, 2012. Disponível em: Revista Eletrônica de Contabilidade. Acesso em: 9 maio 2025.

BOZO, Luiz Francisco. Modelo de planejamento estratégico. Disponível em: SlideShare - Modelo Planejamento Estratégico. Acesso em: 9 maio 2025.

COSTA, Eliezer Arantes da. Gestão estratégica: da empresa que temos para a empresa que queremos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FRANTZ, Peter; KIRCHMER, Mathias; SCARSIG, Marc. Guia para gerenciamento de processos de negócio: corpo comum de conhecimento – ABPMP BPM CBOOK. Versão 4.0. Tradução de Valéria Mendonça de Albuquerque Mello. Brasília, DF: ABPMP, 2020.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Guia PMBOK: um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos. 7. ed. Newtown Square: PMI, 2021.



www.ba.gov.br/policiatecnica

Polícia Científica: Ciência a serviço da justiça e cidadania.